



## Parecer Prévio 00034/2023-1 - 1ª Câmara

**Processos:** 02423/2021-5, 02505/2021-1

**Classificação:** Prestação de Contas Anual de Prefeito

**Exercício:** 2020

**UG:** PMMF - Prefeitura Municipal de Muniz Freire

**Relator:** Rodrigo Coelho do Carmo

**Interessado:** GESI ANTONIO DA SILVA JUNIOR

**Responsável:** CARLOS BRAHIM BAZZARELLA, EVANDRO PAULUCIO

**Procuradores:** PRISCILIANE TOMAZELLI MOZER (OAB: 6526E-ES, OAB: 32398-ES),  
RODRIGO CONHOLATO SILVEIRA (OAB: 13397-ES), LEANDRO JOSE DONATO  
SARNAGLIA (OAB: 18810-ES), HELIO DEIVID AMORIM MALDONADO (OAB: 15728-ES)

**FINANÇAS PÚBLICAS - PRESTAÇÃO DE CONTAS  
ANUAL PREFEITO - PREFEITURA MUNICIPAL DE  
MUNIZ FREIRE – EXERCÍCIO DE 2020 – PARECER  
PRÉVIO PELA REJEIÇÃO – APROVAÇÃO– DAR  
CIÊNCIA - ARQUIVAR.**

**O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO:**

### **RELATÓRIO**

Trata-se de **Prestação de Contas Anual de Prefeito**, sob responsabilidade dos senhores **Carlos Brahim Bazzarella e Evandro Paulucio**, relativa ao exercício de **2020**, em decorrência da competência do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo de exercer o controle externo das contas do Chefe do Executivo municipal,

conforme preceitua o art. 1º, inciso III<sup>1</sup>, da Lei Complementar Estadual nº 621/2012; e art. 1º, inciso III<sup>2</sup>, da Resolução TC 261/2013 - RITCEES).

Encaminhada a prestação de contas anual, os autos foram remetidos ao Núcleo de Controle Externo de Contabilidade (NCCONTAS) que emitiu o **Relatório Técnico 256/2022-3** (evento 73), onde apontou os seguintes **indícios de irregularidades**:

**3.2.1.1 Distorção entre a dotação atualizada apurada e a evidenciada entre Balancete da Execução da Despesa Orçamentária - BALEXOD e Demonstrativo do Créditos Adicionais – DEMCAD;**

**3.2.1.2 Insuficiência de recursos para a abertura de crédito adicional proveniente de excesso de arrecadação e de superávit financeiro (exercício anterior);**

**3.2.8 Dotação atualizada se apresenta em valores superiores à receita prevista atualizada;**

**3.3.1.1 Apuração de déficit financeiro em diversas fontes de recursos evidenciando desequilíbrio das contas públicas;**

**3.4.5 Expedição de ato que resultasse em aumento da despesa com pessoal (Declaração incompleta);**

**3.4.8 Inscrição em Restos a Pagar Processados sem Suficiente Disponibilidade de Caixa;**

**3.4.8 Inscrição em Restos a Pagar Não Processados sem Suficiente Disponibilidade de Caixa;**

**3.4.10.1 Expedição de ato, nos últimos 180 dias de mandato, que resultasse em aumento da despesa com pessoal (Declaração incompleta);**

**3.4.10.3 Contrair obrigações de despesas nos dois últimos quadrimestres do mandato sem suficiente disponibilidade de caixa;**

---

<sup>1</sup> **Art. 1º** Ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, órgão de controle externo do Estado e dos Municípios, nos termos da Constituição Federal e Estadual e na forma estabelecida nesta Lei Complementar, compete:  
(...)

II - apreciar as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos, com a emissão de parecer prévio no prazo de até vinte e quatro meses a contar do seu recebimento;

<sup>2</sup> **Art. 1º** Ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, órgão de controle externo do Estado e dos Municípios, nos termos da Constituição Federal e da Constituição Estadual e na forma estabelecida na sua Lei Orgânica, compete:  
(...)

II - apreciar as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos, com a emissão de parecer prévio no prazo de até vinte e quatro meses a contar do seu recebimento;

**3.4.11 Publicações extemporâneas dos RREOs do 1º bimestre, do 2º bimestre, do 3º bimestre, do 4º bimestre e do 5º bimestre de 2020;**

**3.4.12 Publicação extemporânea do RGF do 2º quadrimestre de 2020.**

**7.2 Não comprovação do cumprimento das determinações contidas no Acórdão 1.666/2020, Processo TC 3.627/2015 (Item 4 do RT 150/2022, proc. TC 2.505/2021, apenso).**

Por fim, sugeriu ainda que fosse acrescido, com fundamento no art. 9º, caput, da Resolução TC 361/2022, as seguintes proposições ao atual chefe do Poder Executivo:

**3.3.1** Dar ciência ao Chefe do Poder Executivo, na forma do art. 9º da Resolução TCEES nº 361, de 19 de abril de 2022, da necessidade de atendimento à IN TCEES 68/2020 encaminhando, nas próximas prestações de contas, Ato Normativo estabelecendo a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, referente ao exercício da prestação de contas anual;

**3.5** Dar ciência ao atual chefe do Poder Executivo, das ocorrências registradas neste tópico renúncia de receitas, como forma de alerta, para a necessidade do município aperfeiçoar as informações quanto a renúncia de receitas na prestação de contas para o próximo exercício atendendo todas as exigências da IN 68/2020; aperfeiçoar o planejamento das peças orçamentárias, visando atender aos princípios da gestão fiscal responsável (transparência, planejamento e manutenção do equilíbrio orçamentário financeiro); além de atentar para as exigências normativas para execução, ampliação sobre a concessão de benefícios fiscais;

**4.2** Dar ciência ao Chefe do Poder Executivo, na forma do art. 9º da Resolução TCEES nº 361, de 19 de abril de 2022, da necessidade de providenciar junto às unidades gestoras integrantes do município, a correta classificação e retificação contábil dos saldos derivados de operações intraorçamentárias, pertinentes a contas de ativo, passivo e patrimônio líquido, na forma do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público;

**7.1.1** Dar ciência ao atual chefe do Poder Executivo, da ocorrência identificada neste tópico, como forma de alerta, para a importância do pleno cumprimento do disposto no artigo 45, da LRF, assegurando que o início de novas obras não prejudique a continuidade daquelas já iniciadas, e caso a execução ultrapasse um exercício financeiro, observe que não poderá iniciá-las sem prévia inclusão no

plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, conforme estabelece o art. 167, §1º, da CF;

**7.1.2** Dar ciência ao atual chefe do Poder Executivo, da ocorrência identificada neste tópico, como forma de alerta, para a importância da transparência na gestão pública;

**7.1.3** Dar ciência ao atual chefe do Poder Executivo, da ocorrência identificada neste tópico, como forma de alerta, para a importância da promoção de uma política pública de manutenção e aprimoramento do controle interno;

**7.2** Dar ciência ao atual chefe do Poder Executivo, da ocorrência identificada neste tópico, como forma de alerta, para a importância de proceder, nos próximos exercícios, o reconhecimento do ajuste para perdas conforme IN TC 36/2016 (item 3.9.3. do RT 150/2022, proc. TC 2.505/2021, apenso).

Através da **Decisão Segex 692/2022-1** (evento 74) foi determinada a oitiva dos senhores **Carlos Brahim Bazzarella e Evandro Paulucio e Gesi Antônio da Silva Junior**, nos termos do art. 126 do Regimento Interno do TCEES, aprovado pela Resolução TC 261 de 4 de junho de 2013 (RITCEES), por meio de citação, prevista no art. 358, inciso I, do RITCEES, a fim de que se pronunciassem, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, sobre os apontamentos contidos nos **Relatórios Técnicos 256/2022-3** (eventos 73).

Em atenção aos **Termos de Citação 335, 336 e 337/2022** (eventos 75 a 77), o senhor Carlos Brahim Bazzarella encaminhou sua defesa por meio das peças **Resposta de Comunicação 1649/2022-6, Defesa Justificativa 1449/2022-1 e Peças Complementares 58291 a 58309/2022** (eventos 84 a 105). Da mesma forma, o senhor Gesi Antonio da Silva Junior se manifestou através da **Resposta de Comunicação 1635/2022-4, Defesa/Justificativa 1438/2022 e Peças Complementares 58034 e 58035/2022**.

Registra-se que em consulta ao sistema e-TCEES a Secretaria-Geral das Sessões não encontrou documentação em nome de Evandro Paulucio referente ao **Termo de Citação 336/2022-9**.

Consta ainda nos autos as peças **Resposta de Comunicação 1653 e 1654/2022-2, Defesa/Justificativa 153/2022-7 e Peça Complementar 58514/2022-7** (eventos 111 a 115) protocoladas pelo senhor Carlos Brahim Bazzarella.

Encaminhado os autos para a área técnica, o NCCONTAS se manifestou através da **Instrução Técnica Conclusiva 4378/2022-1** (evento 121) com a seguinte proposta de encaminhamento:

#### 10. CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

A prestação de contas anual ora analisada, trata da atuação do prefeito municipal responsável pelo governo no exercício de 2020, chefe do Poder Executivo, no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas do município.

Respeitado o escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, a análise consignada no **Relatório Técnico 256/2022-6** (peça 73), e reproduzida nesta instrução, teve por base as informações apresentadas nas peças e demonstrativos contábeis encaminhados pelo responsável, nos termos da Instrução Normativa TC 68/2020.

A análise abordou especialmente a execução orçamentária e financeira, contemplando a gestão fiscal e limites constitucionais e legais; as demonstrações contábeis consolidadas; bem como, as autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento da calamidade pública.

Após análise dos achados submetidos à oitiva (seção 9, desta ITC), concluiu-se por:

- **AFASTAR** os indicativos de irregularidades:
  - 9.1 Distorção entre a dotação atualizada apurada e a evidenciada entre Balancete da Execução da Despesa Orçamentária - BALEXOD e Demonstrativo do Créditos Adicionais – DEMCAD (*subseção 3.2.1.1 do RT 256/2022-3*);
  - 9.3 Dotação atualizada se apresenta em valores superiores à receita prevista atualizada (*subseção 3.2.8 do RT 256/2022-3*);
  - 9.5 Expedição de ato que resultasse em aumento da despesa com pessoal (Declaração incompleta) (*subseção 3.4.5 do RT 256/2022-3*);
  - 9.6 Inscrição em Restos a Pagar Processados sem Suficiente Disponibilidade de Caixa (*subseção 3.4.8 do RT 256/2022-3*);
  - 9.7 Inscrição em Restos a Pagar Não Processados sem Suficiente Disponibilidade de Caixa (*subseção 3.4.8 do RT 256/2022-3*);

9.8 Expedição de ato, nos últimos 180 dias de mandato, que resultasse em aumento da despesa com pessoal (Declaração incompleta) (*subseção 3.4.10.1 do RT 256/2022-3*);

9.9 Contrair obrigações de despesas nos dois últimos quadrimestres do mandato sem suficiente disponibilidade de caixa (*subseção 3.4.10.3 do RT 256/2022-3*);

9.10 Publicações extemporâneas dos RREOs do 1º bimestre, do 2º bimestre, do 3º bimestre, do 4º bimestre e do 5º bimestre de 2020 (*subseção 3.4.11 do RT 256/2022-3*);

9.11 Publicação extemporânea do RGF do 2º quadrimestre de 2020 (*subseção 3.4.12 do RT 256/2022-3*);

9.12 Não comprovação do cumprimento das determinações contidas no Acórdão 1.666/2020, Processo TC 3.627/2015 (*subseção 7.2 do RT 256/2022-3, acerca do item 4 do RT 150/2022-3*).

- **MANTER** os indicativos de irregularidades:

**9.2 Insuficiência de recursos para a abertura de crédito adicional proveniente de excesso de arrecadação e de superávit financeiro (exercício anterior)** [*subseção 3.2.1.2 do RT 256/2022-3*].

Critério: art. 43, § 1º, inciso I e § 2º da Lei 4.320/64 c/c artigo 8º, parágrafo único da LC 101/2000). Ocorrência que indica grave infração à norma legal, com repercussão em contas de governo.

**9.4 Apuração de déficit financeiro em diversas fontes de recursos evidenciando desequilíbrio das contas públicas** (*subseção 3.3.1.1 do RT 256/2022-3*).

Critério: art. 1º e 8º, parágrafo único da LC 101/2000. Ocorrência que indica grave infração à norma legal, com repercussão em contas de governo.

Diante do exposto, propõe-se ao TCEES emissão de parecer prévio dirigido à Câmara Municipal de Muniz Freire, recomendando a **REJEIÇÃO** da prestação de contas anual dos Srs. CARLOS BRAHIM BAZZARELLA (período 01/01/2020 a 30/08/2020 e de 24/09/2020 a 31/12/2020) e EVANDRO PAULUCIO (período de 31/08/2020 a 23/09/2020), prefeitos do município de Muniz Freire no exercício de 2020, na forma do art. 80, III da Lei Complementar 621/2012 c/c art. 132, III do RITCEES, tendo em vista a manutenção das irregularidade descritas nas subseções **3.2.1.2** e **3.3.1.1** do RT 256/2022-3 analisadas nas subseções 9.2 e 9.4 desta ITC.

Acrescentam-se, com fundamento no art. 9º, *caput*, da Resolução TC 361/2022, as seguintes proposições ao atual chefe do Poder Executivo:

Descrição da proposta
<b>3.3.1</b> Dar ciência ao Chefe do Poder Executivo, na forma do art. 9º da Resolução TCEES nº 361, de 19 de abril de 2022, da necessidade de atendimento à IN TCEES 68/2020 encaminhando, nas próximas prestações de contas, Ato Normativo estabelecendo a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, referente ao exercício da prestação de contas anual;
<b>3.5</b> Dar ciência ao atual chefe do Poder Executivo, das ocorrências registradas neste tópico renúncia de receitas, como forma de alerta, para a necessidade do município aperfeiçoar as informações quanto a renúncia de receitas na prestação de contas para o próximo exercício atendendo todas as exigências da IN 68/2020; aperfeiçoar o planejamento das peças orçamentárias, visando atender aos princípios da gestão fiscal responsável (transparência, planejamento e manutenção do equilíbrio orçamentário financeiro); além de atentar para as exigências normativas para execução, ampliação sobre a concessão de benefícios fiscais;
<b>4.2</b> Dar ciência ao Chefe do Poder Executivo, na forma do art. 9º da Resolução TCEES nº 361, de 19 de abril de 2022, da necessidade de providenciar junto às unidades gestoras integrantes do município, a correta classificação e retificação contábil dos saldos derivados de operações intraorçamentárias, pertinentes a contas de ativo, passivo e patrimônio líquido, na forma do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público;
<b>7.1.1</b> Dar ciência ao atual chefe do Poder Executivo, da ocorrência identificada neste tópico, como forma de alerta, para a importância do pleno cumprimento do disposto no artigo 45, da LRF, assegurando que o início de novas obras não prejudique a continuidade daquelas já iniciadas, e caso a execução ultrapasse um exercício financeiro, observe que não poderá iniciá-las sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, conforme estabelece o art. 167, § 1º, da CF;
<b>7.1.2</b> Dar ciência ao atual chefe do Poder Executivo, da ocorrência identificada neste tópico, como forma de alerta, para a importância da transparência na gestão pública;
<b>7.1.3</b> Dar ciência ao atual chefe do Poder Executivo, da ocorrência identificada neste tópico, como forma de alerta, para a importância da promoção de uma política pública de manutenção e aprimoramento do controle interno;

**7.2** Dar ciência ao atual chefe do Poder Executivo, da ocorrência identificada neste tópico, como forma de alerta, para a importância de proceder, nos próximos exercícios, o reconhecimento do ajuste para perdas conforme IN TC 36/2016 (item 3.9.3. do RT 150/2022, proc. TC 2.505/2021, apenso).

Por fim, cabe registrar o pedido de **sustentação oral** feito pelo Sr. Carlos Brahim Bazzarela, com base no art. 327 do RITCEES (peça 107, destes autos).

Por outro lado, avaliar a necessidade de declaração de revelia do Sr. Evandro Paulúcio, diante da não identificação de resposta ao Termo de Citação 336/2022-9 (peças 76 e 110).

Remetidos os autos ao Ministério Público de Contas, o douto Procurador de Contas Luis Henrique Anastácio da Silva se manifestou por meio do **Parecer 484/2023-9** (evento 125) anuindo integralmente à proposta contida na Instrução Técnica Conclusiva 4378/2022-1.

Encerrada a fase instrutória, os autos vieram a este Gabinete para prolação de Voto. **É o relatório.**

## **DAS RAZÕES DA APRECIÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL**

No Estado Brasileiro, dada a fundamental relevância do dever de prestação de contas dos agentes públicos, o art. 70<sup>3</sup> da Carta Constitucional determina o dever prestação de contas a todo aquele que utilizar, arrecadar, guardar, gerenciar ou administrar dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Em observância ao Princípio Constitucional da Simetria, a Constituição do Estado do Espírito Santo aplicou, com as devidas adequações, disposição semelhante em sede de seu art. 70, *in verbis*:

---

<sup>3</sup> Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.



**Art. 70** A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, dos Municípios e das entidades da administração direta e indireta dos seus Poderes constituídos, quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas será exercida pela Assembleia Legislativa e Câmara Municipais, nas suas respectivas jurisdições, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada um dos Poderes.

**Parágrafo único** - Prestará contas qualquer pessoa física, jurídica ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado ou os Municípios respondam, ou que em nome destes, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Nessa toada, a Constituição Estadual em seu artigo 71<sup>4</sup>, bem como, o artigo 76, §2º Lei Complementar 621, de 8 de março de 2012 (Lei Orgânica do Tribunal)<sup>5</sup>, determinam que o controle externo será exercido pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, sendo de sua competência emitir o parecer prévio das contas de prefeito.

É imperioso destacar que nos termos do precitado art. 71, o constituinte originário estabeleceu duas modalidades de análises das Prestações de Contas: **Contas de Governo** (art. 71, I da CF/88) e **Contas de Gestão** (art. 71, II da CF/88).

Nas **Contas de Governo** as funções dos Tribunais de Contas possuem natureza de tombo político. Suas atribuições consistem na apreciação das contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais. Após, apreciação das contas, é emitido o parecer prévio que tem caráter técnico opinativo, que será remetido à respectiva Casa Legislativa para subsidiar o julgamento a ser realizado por seus membros – os representantes diretos da população.

---

<sup>4</sup> Art. 71. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa ou da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ao qual compete: I – (...);

II - emitir parecer prévio sobre as contas dos Prefeitos, em até vinte e quatro meses, a contar do seu recebimento, e julgar as contas do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e das Mesas da Assembleia Legislativa e das Câmaras Municipais, em até dezoito meses, a contar dos seus recebimentos; (...)

<sup>5</sup> Art. 76. (...)

§ 1º As contas serão encaminhadas pelo Prefeito ao Tribunal de Contas até noventa dias após o encerramento do exercício, salvo outro prazo fixado na lei orgânica municipal.

Conforme bem delineado pela Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Tocantins, Doris de Miranda Coutinho, e pela Professora de Direito Aline Sueli de Salles Santos<sup>6</sup>, nas contas de governo é analisada a distribuição de recursos entre os órgãos da Administração Pública:

As contas de governo referem-se à distribuição de recursos entre os órgãos da Administração Pública. Nesse sentido, o teor é de natureza política, dado que expressa o cumprimento, ou não, das disposições orçamentárias aprovadas pelo Poder Legislativo (PPA, LDO e, sobretudo, LOA). Nesse sentido, trata-se de atos políticos de planejamento, organização, direção e controle de políticas públicas, em um contexto macro. De maneira sucinta, é um relatório acompanhado do Balanço Geral e das demonstrações contábeis, relatórios de gestão e dos demonstrativos da LRF ante as metas previstas nos instrumentos de planejamento orçamentário. Não é sem razão, pois, que seu exercício se restringe ao chefe do Poder Executivo.

No que se referem às *Contas de Gestão* (art. 71, II da CF/88) as Cortes atuam com objetivo de realizar o julgamento das contas prestadas pelos administradores e demais responsáveis pela ordenação das despesas públicas. Os atos analisados possuem repercussão no erário. Nos casos das Contas de Gestão, via de regra, o Chefe do Poder Executivo delega formalmente competência aos gestores dos órgãos/entidades para gerir os respectivos orçamentos.

Nesse contexto, **tem-se que as ações realizadas pelos Tribunais, no âmbito das análises das Contas de Governo, não possuem o caráter punitivo, de apenamento e nem tampouco o de perquirir responsabilidade pessoal do Governador de Estado e dos Prefeitos Municipais. E sim, avaliar a atuação do prefeito municipal no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas do município, para ao final opinar pela emissão de parecer prévio dirigido à Câmara Municipal no sentido de aprovar, aprovar com ressalva ou rejeitar as contas prestada.**

**Desta feita, cabe aos Tribunais de Contas a honrosa missão de contribuir para o aprimoramento do desempenho da Administração Pública em benefício da**

---

<sup>6</sup> SANTOS, Aline Sueli de Salles; COUTINHO, Doris de Miranda. O papel do Tribunal de Contas frente à accountability . Revista de Direito Administrativo e Constitucional - A&C, ano 23, n. 72, p. página inicial-página final, abr./ jun. 2018. Disponível em: <https://www.forumconhecimento.com.br/periodico/123/21662/68023>. Acesso em: 16 jan. 2020.

**sociedade, por meio do exercício, imparcial, de suas funções legais e institucionais.**

## **DA ANÁLISE DE CONTEXTO (CONFORME PRECEITUA O ART. 22 DA LINDB)**

### **III.1 – CONTEXTO PROCESSUAL**

Consoante já consignado, trata-se de **Prestação de Contas Anual Prefeito**, sob responsabilidade dos senhores **Carlos Brahim Bazzarella e Evandro Paulucio** relativa ao exercício de **2020**, em decorrência da competência do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo de exercer o controle externo das contas da Chefe do Executivo municipal, conforme preceitua o art. 1º, inciso III<sup>7</sup>, da Lei Complementar Estadual nº 621/2012; e art. 1º, inciso III<sup>8</sup>, da Resolução TC 261/2013 - RITCEES).

De acordo com a legislação vigente, temos que o município de Muniz Freire apresenta uma estrutura administrativa concentrada. Assim, a Prestação de Contas Anual é composta pelas demonstrações contábeis e demais peças e documentos que integram a referida PCA, consolidando as contas das seguintes Unidades Gestoras (UG's): Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Muniz Freire, Fundo Municipal de Saúde de Muniz Freire, Fundo Municipal de Assistência Social de Muniz Freire, Prefeitura Municipal de Muniz Freire, Câmara Municipal de Muniz Freire.

### **PROCESSOS RELACIONADOS**

Proc. TC 707/2020 (Obras paralisadas); proc. TC 4.847/2020 (Transparência pública); proc TC 3.367/2016 (Levantamento sobre controle Interno em 2016); proc. TC 2.311/2019 (Levantamento sobre controle interno em 2018); proc. TC 3.559/2020

---

<sup>7</sup> Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, órgão de controle externo do Estado e dos Municípios, nos termos da Constituição Federal e Estadual e na forma estabelecida nesta Lei Complementar, compete:  
(...)

II - apreciar as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos, com a emissão de parecer prévio no prazo de até vinte e quatro meses a contar do seu recebimento;

<sup>8</sup> Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, órgão de controle externo do Estado e dos Municípios, nos termos da Constituição Federal e da Constituição Estadual e na forma estabelecida na sua Lei Orgânica, compete:  
(...)

II - apreciar as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos, com a emissão de parecer prévio no prazo de até vinte e quatro meses a contar do seu recebimento;

(Levantamento sobre controle interno em 2020); proc. TC 2.918/2015 (Relatório de auditoria ordinária 16/2015), proc. TC 5.699/2017 (Relatório de auditoria 17/2017); proc. TC 6.056/2016 (Relatório de auditoria 34/2016); proc. TC 7.480/2018 (Relatório de auditoria 37/2018); proc. TC 2.739/2021 (Relatório técnico das contas do governador de 2020); proc. TC 1.405/2020 (Auditoria Operacional com Levantamento da Situação das redes de Ensino do Estado) e proc. TC 2.213/2020 (Levantamento contendo as ações em educação realizadas durante a pandemia); proc. TC 1.439/2020 (planos de saúde municipais); Proc. TC 4.597/2020 (Levantamento COVID-19); proc. TC 4.283/2016 (Fiscalização da administração tributária municipal); proc. TC 330/2021 (Relatório de Gestão Fiscal - Fiscalização da Publicação) e proc. TC 2.423/2021 (prestação de contas anual de gestão, com proposta de oitiva).

### **III.2 – CONTEXTO DOS FATOS**

Em resumo, o município teve um resultado superavitário de R\$ 8.170.431,21 em sua execução orçamentária de 2020 e terminou o ano com recursos de R\$ 16.658.113,03 em caixa. Os restos a pagar ao final do ano foram de R\$ 3.670.862,10. Além disso, o município cumpriu os limites estabelecidos pela Constituição em relação à aplicação de recursos na educação e saúde, bem como no FUNDEB com magistério. Embora tenha ultrapassado o limite de alerta para despesas com pessoal consolidado e o limite prudencial para despesas com pessoal do Poder Executivo, ainda assim respeitou o limite máximo de despesa com pessoal estabelecido pela Constituição.

No que tange à Lei Complementar 173/2020, considerou-se, com base na declaração emitida, que o Chefe do Poder Executivo expediu ato que resultasse em aumento da despesa com pessoal, descumprindo assim o art. 21, I, da LRF e o art. 8º da LC 173/2020 (subseção 3.4.5 da ITC 31/2023-6).

#### **III.2.1 – ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE PÚBLICA (PANDEMIA COVID 19 – CORONAVÍRUS SARS-CoV-2) – AUTORIZAÇÕES DE DESPESA E SEUS EFEITOS SOCIAIS E ECONÔMICOS**

- **ADOÇÃO DO REGIME EXTRAORDINÁRIO**

Em função da pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 observou-se alteração na legislação que trata das prestações de contas relativas ao Poder Executivo. No caso, foram editadas a Emenda Constitucional 106/2020 e a Lei Complementar 173/2020 e, em âmbito municipal, houve a publicação de atos, incluindo o Decreto nº 8.257/2020, decretando situação de emergência de saúde pública no município.

Destaca-se que a Emenda Constitucional 106/2020, exigiu a avaliação separada das autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento da calamidade pública na prestação de contas do Presidente da República. Posteriormente, Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que essa emenda deve ser aplicada aos processos de despesas de todos os entes federados para enfrentamento da pandemia, desde que observados os requisitos objetivos e temporais vinculados ao estado de calamidade pública interno de cada um deles.

Nesse passo, observa-se que para o enfrentamento da pandemia, foi realizada a abertura de créditos extraordinários no montante de R\$ 327.331,66, nos termos da Lei 4.320/1964. Já quanto a execução da receita e despesa, para combate da pandemia, houve arrecadação de R\$ 6.084.109,67 e despesas de R\$ 1.419.176,14. A despesa empenhada repercutiu em 2,55% do total executado no exercício e correspondeu a 23,33% da receita arrecadada para o combate da pandemia, conforme exposto no Apêndice N do RT 256/2022-3.

- **AÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL EM EDUCAÇÃO**

O fechamento das escolas brasileiras devido à pandemia de COVID-19 impactou cerca de 47,9 milhões de alunos na Educação Básica. Embora algumas escolas tenham adotado o ensino à distância, não houve uma sistemática uniforme para administrar o ensino remoto. Não é possível estimar o impacto da paralização das aulas na aprendizagem dos alunos em 2020, mas espera-se que haja prejuízos.

Salienta-se que o município de Muniz Freire adotou medidas de distribuição de alimentos, ofereceu atividades pedagógicas para 88,3% dos alunos da rede, mas não ofereceu auxílio para alunos sem recursos tecnológicos ou formação para professores. O município se organizou para enfrentar o abandono e a evasão

escolar e implementou estratégias de nivelamento das turmas e revisão curricular para o ano letivo de 2021.

- **AÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL EM ASSISTÊNCIA SOCIAL**

A pandemia de Covid-19 teve impacto no Brasil a partir de março de 2020, resultando na interrupção de atividades econômicas e redução de renda para trabalhadores autônomos e informais, além do aumento do desemprego. Para ajudar a população, o Governo Federal disponibilizou parcelas mensais do Auxílio Emergencial, sendo que em Muniz Freire, município com uma população de 17.319 habitantes, 33,5% da população recebeu o benefício. Estados e municípios também aplicaram recursos da Assistência Social em ações emergenciais, e o município de Muniz Freire declarou uma despesa de R\$ 38.648,75 em Assistência Social em 2020 para combater a crise causada pela Covid-19, o que representa uma aplicação de R\$ 2,23 per capita, abaixo da média de R\$ 5,30 per capita para os municípios capixabas.

- **LEVANTAMENTO MUNICIPAL ENFRENTAMENTO A PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19**

No ano de 2020, a SecexSocial realizou fiscalização na modalidade Levantamento, por meio de seus três núcleos, NSaúde, NEducação e Nopp, para conhecer as ações implementadas com o objetivo de enfrentar a crise causada pela pandemia da Covid-19.

Em relação à assistência social, 58 municípios realizaram mapeamento da vulnerabilidade social da população, mas apenas dois ofereceram auxílio emergencial em dinheiro. A maioria dos municípios forneceu ferramentas para denúncias de violência doméstica e assistência às vítimas, mas apenas 28 realizaram levantamentos do número de casos, sendo constatado aumento em 14 deles. Todos os municípios forneceram EPIs e equipamentos de higiene pessoal para os profissionais da assistência social. Em relação às pessoas em situação de rua, a maioria dos municípios não criou espaços específicos para atendimento de pessoas com Covid-19, nem ofereceu espaços públicos e equipamentos para higiene pessoal ou distribuição de refeições.

A seguir, apresenta-se algumas das principais informações declaradas pelos responsáveis do município de Muniz Freire em relação às ações da assistência social no combate à pandemia:

- Não foi implementada alguma ação para identificar a população vulnerável e inseri-la nos programas sociais existentes (Bolsa Família, BPC, Auxílio Emergencial, distribuição de alimentos);
- Não foi feito mapeamento da população ainda não cadastrada no CadÚnico de pelo menos um dos seguintes grupos: cidadãos já cadastrados em programas sociais do Município/Estado, trabalhadores autônomos (microempreendedores individuais – MEI), contribuintes individuais de previdência social e trabalhadores informais, cidadãos que não têm conta bancária, mas possuem CPF, cidadãos que não têm conta bancária e não possuem CPF, cidadãos que não têm conta bancária, não possuem CPF e nem os documentos necessários para emití-lo (RG, certidão de nascimento e/ou comprovante de endereço);
- Foram disponibilizadas ferramentas para denúncias de casos de violência doméstica ocorridos durante o período de isolamento social;
- Não foram adotadas medidas para prevenção de casos de violência doméstica;
- Foram tomadas medidas para dar assistência às vítimas de violência doméstica durante o período de isolamento social;
- Não foi oferecida capacitação específica de pelo menos parte dos profissionais da assistência social do município para atuação em meio à pandemia;
- Não foi ampliado o horário de funcionamento de serviços já oferecidos pela prefeitura na área de Assistência Social;
- Houve interrupção ou suspensão no atendimento presencial nos centros de referências durante o período da pandemia;
- Não foi realizada instalação em espaços públicos de pelo menos um dos seguintes equipamentos para possibilitar a higiene das pessoas em situação de rua: pias, banheiros, chuveiros, lavanderia;

- Não houve o fechamento de abrigos, em decorrência da escassez de profissionais ou usuário e/ou altas taxas de doenças entre os usuários;
- Foi promovida pelo menos uma das seguintes ações voltadas para o público-alvo da assistência social: distribuição de alimentos/refeições, distribuição de produtos de higiene pessoal, distribuição de máscaras e álcool gel, criação de bancos de doação, criação de bancos de voluntários;
- Não foi adotado o sistema de distribuição individual de refeição no âmbito do SUAS.

A crise da Covid-19 teve graves consequências nas condições de vida da população brasileira, especialmente os mais pobres, com aumento da insegurança alimentar e da população em situação de rua. No entanto, ainda faltam estudos detalhados sobre essas realidades em nível municipal, o que torna crucial que os gestores locais realizem o mapeamento das populações vulneráveis e suas necessidades, a fim de implementar ações que garantam condições dignas para todos.

- **AÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL EM SAÚDE**

Através de um processo de fiscalização na modalidade Levantamento (Proc. TC 4.597/2020) esta Corte de Contas enviou questionários aos 78 municípios do Espírito Santo a buscando saber a respeito das ações municipais empreendidas na área da saúde.

Em resposta, o município de Muniz Freire informou que pacientes em grupos de risco são identificados durante a notificação no e-sus vigilância em saúde e recebem orientações, recomendações e avaliação médica. Medidas foram tomadas para reaproveitar profissionais de saúde em serviços não relacionados ao atendimento de pacientes com COVID-19. O município adotou medidas para aumentar a disponibilização de testes, como a aquisição de testes rápidos. Foi criado um protocolo especial para a unidade de referência para COVID-19, serviços de boletim informativo diário, informativos em rádios, site da prefeitura, carros de som, inquérito com testes de COVID-19 para profissionais de saúde e secretarias municipais e ampliação de realização de testes rápidos para a população suspeita.

### **Evolução dos casos confirmados e óbitos pela Covid-19:**



O Município de Muniz Freire totalizou em 31/12/2020 o quantitativo de 880 casos confirmados e 11 óbitos, o que representa uma taxa de letalidade de 1,3%, abaixo da média estadual que foi de 2% , conforme demonstrado nos gráficos:

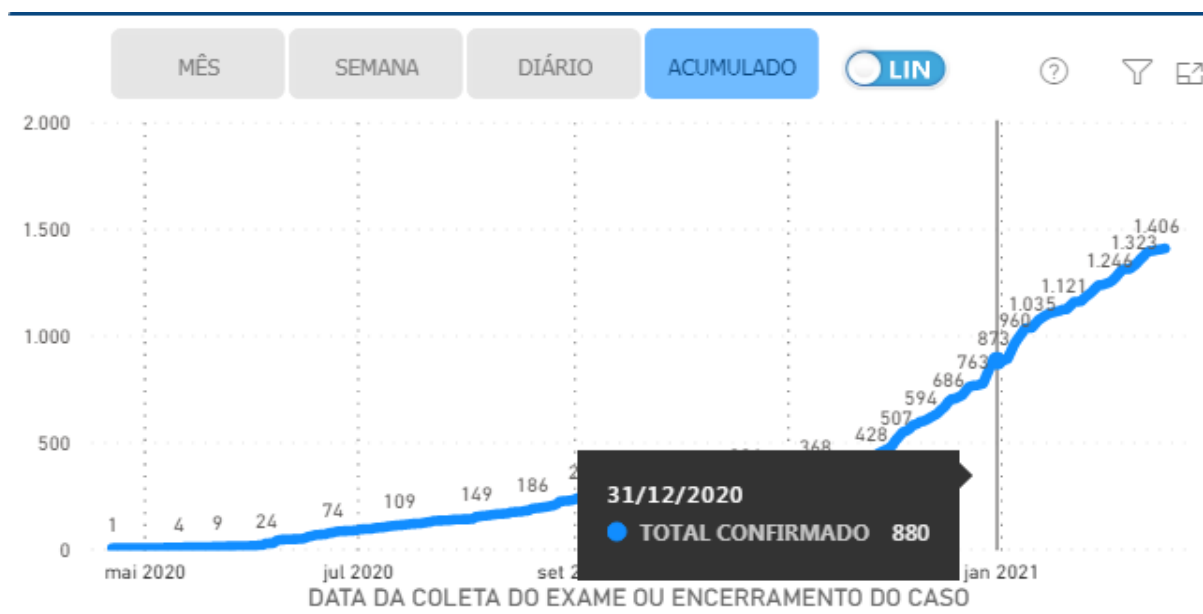


Gráfico 1: Evolução dos casos confirmados

Fonte: <https://coronavirus.es.gov.br/painel-covid-19-es>

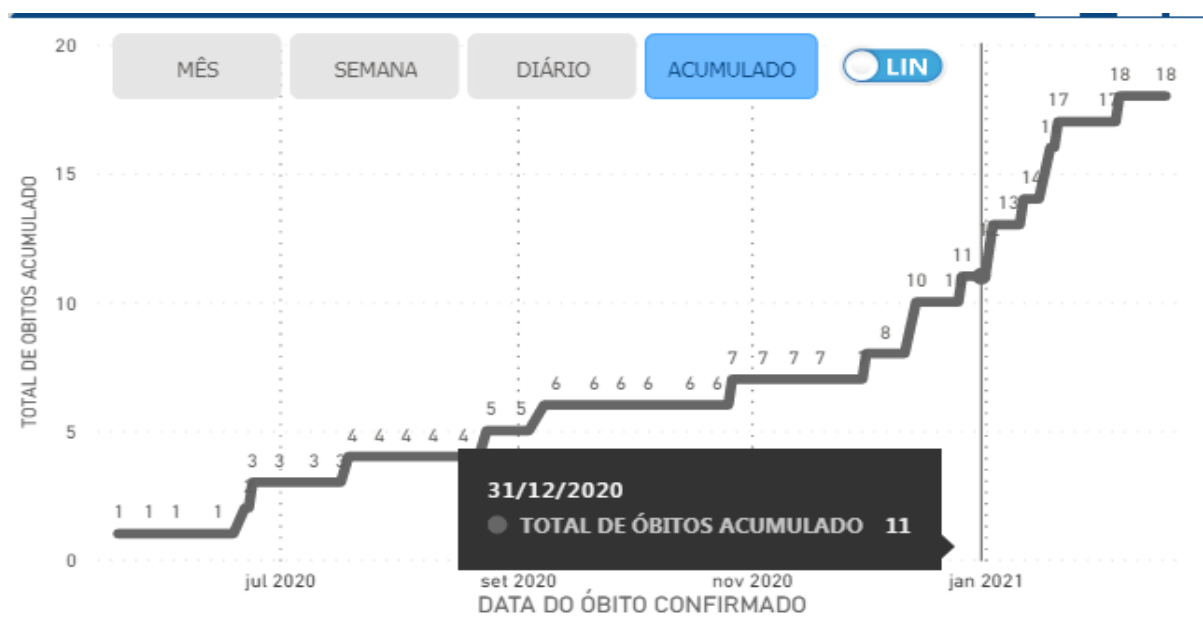


Gráfico 2: Evolução dos óbitos por COVID-19

<sup>1</sup> Fonte: <https://coronavirus.es.gov.br/painel-covid-19-es>

**Pois bem.**

Em conformidade com o art. 5º, inciso II, da Emenda Constitucional (EC) 106/2020, que permite a avaliação separada das autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento da calamidade pública nacional e seus efeitos sociais e econômicos na prestação de contas do presidente da República. No âmbito municipal, as autorizações de despesas são avaliadas separadamente na prestação de contas do prefeito, em conformidade com a ADI 6357 - STF. A equipe técnica desta Corte de Contas realizou análises com base nos dados declaratórios fornecidos pelo Poder Executivo e constatou a observância dos critérios da Lei 4.320/1964.

Também são destacados os efeitos sociais e econômicos apresentados, incluindo um levantamento realizado pelo TCEES acerca das medidas adotadas no combate à pandemia na área da saúde, em especial o levantamento realizado pelo TCEES, proc. 4.597/2020-7, acerca das medidas adotadas no combate à pandemia na área da saúde.

### **III.2.2 RESULTADO DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL**

- **POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO**

Direito social previsto no art. 6º da Constituição Federal, a política pública de educação é de competência concorrente das três esferas federativas e, conforme art. 205 CF, tem por objetivo o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A Política Pública de Educação no Brasil compreende a educação básica, obrigatória, o ensino profissional e o ensino superior.

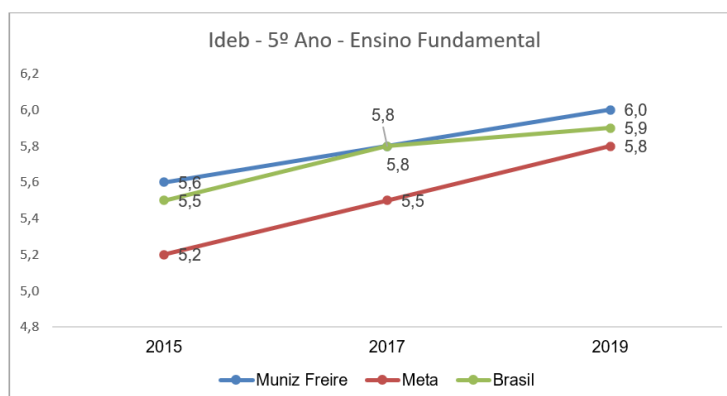
Há grandes desafios quantitativos e qualitativos para as três esferas federativas no que diz respeito ao aumento da oferta de educação correspondente à demanda efetiva e potencial, bem como à garantia de acesso, permanência e sucesso escolar com efetiva aprendizagem. Especificamente quanto ao município de **Muniz Freire** temos as seguintes análises realizada por este Tribunal de Contas:

- **Do cenário educacional:**

Inicialmente, cabe destacar que a rede municipal de ensino público de **Muniz Freire** possui, em 2020, **3** escolas rurais e **9** escolas urbanas, possuindo o total de **12** de escolas municipais.

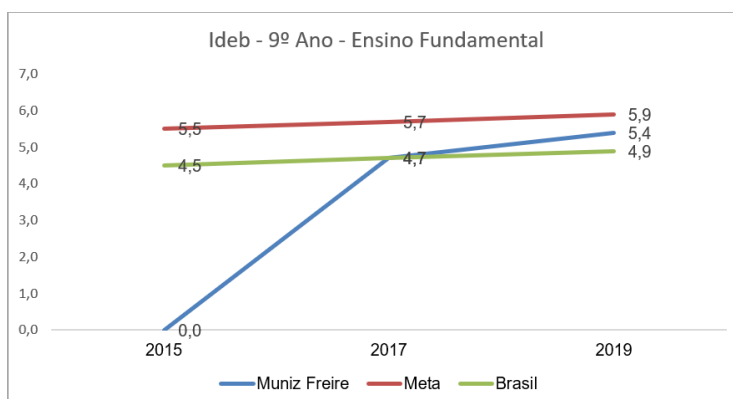
No tocante às matrículas, há **437** matrículas rurais e **1.830** urbanas, representando um quantitativo total de **2.267** matrículas.

Em relação à qualidade do ensino ofertado, e com base no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, observa-se que em relação ao 5º ano fundamental o município de **Muniz Freire** apresentou a evolução descrita no gráfico a seguir:



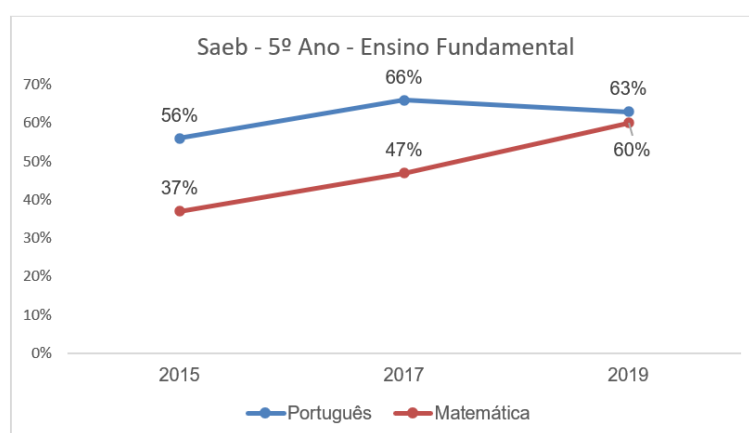
**Gráfico 11:** Desenvolvimento Histórico do Ideb para o 5º ano do Ensino Fundamental  
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ideb

Já em relação ao 9º ano do Ensino Fundamental, as notas do Ideb apresentaram a seguinte evolução:



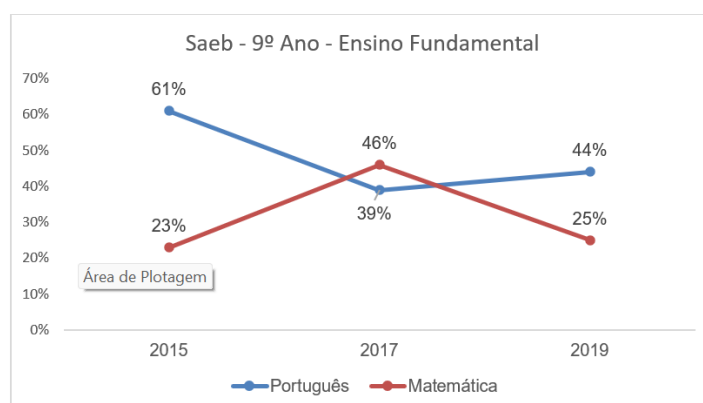
**Gráfico 12:** Desenvolvimento Histórico do Ideb para o 9º ano do Ensino Fundamental  
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ideb  
Obs. Não foram disponibilizados os dados do município para o ano de 2015.

O Ideb e o Saeb são importantes indicadores da qualidade da educação básica no Brasil. O Ideb mede o desenvolvimento da educação básica em uma escala de 0 a 10, e as metas variam de acordo com o município. Já o Saeb permite que escolas e redes de ensino avaliem a qualidade da educação, apresentando resultados com base no percentual de alunos com aprendizagem insuficiente, básica, proficiente ou avançada. No município de Muniz Freire, houve uma evolução do nível de proficiência em relação aos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental:



**Gráfico 13:** Nível de Proficiência no Saeb para o 5º ano do Ensino Fundamental  
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Saeb

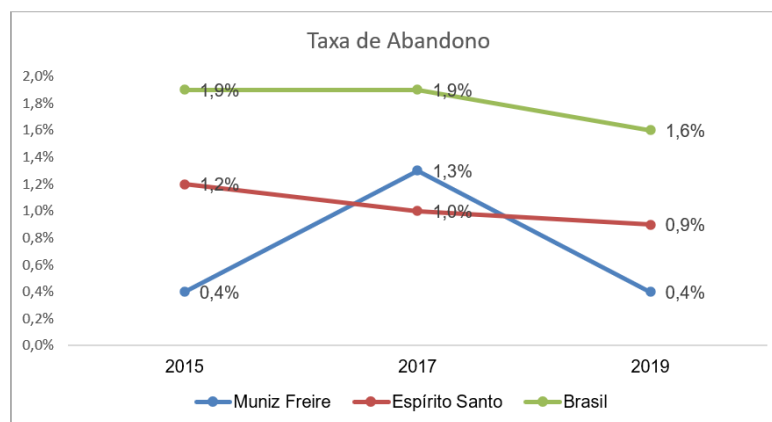
Já em relação aos alunos do 9º Ano do Ensino Fundamental, o nível de proficiência apresentou a seguinte trajetória:



**Gráfico 14:** Nível de Proficiência no Saeb para o 9º ano do Ensino Fundamental  
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Saeb

Quanto ao abandono escolar, esclarece que ele ocorre quando um aluno para de frequentar a escola antes do final do ano letivo sem transferência formal. Assim, em relação aos dados sobre o fluxo escolar no município de **Muniz Freire** as Taxas de

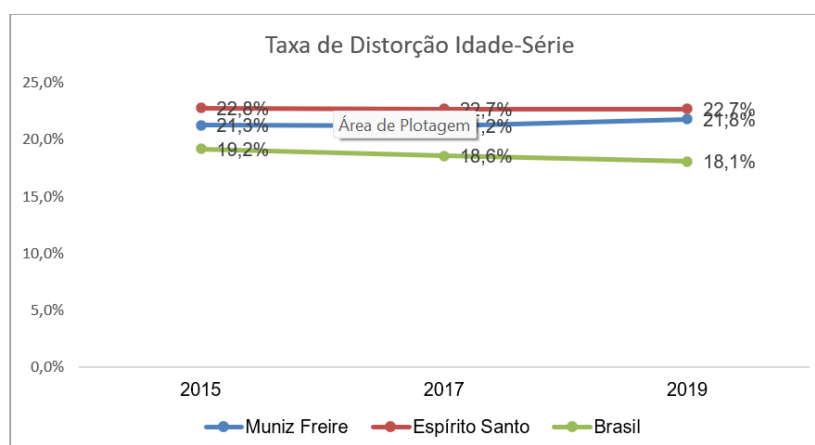
Abandono apresentaram o seguinte comportamento em relação às taxas nacionais e estaduais:



**Gráfico 15:** Desenvolvimento Histórico da Taxa de Abandono  
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INEP

Nesse contexto, as escolas enfrentam o desafio de minimizar as taxas de distorção idade-série, que se refere à proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar em relação à sua idade. No Brasil, espera-se que as crianças ingressem no 1º ano do ensino fundamental aos 6 anos de idade e concluam até os 14 anos. Quanto maior a taxa de distorção, maior é o número de alunos com atraso escolar.

O município de Muniz Freire apresentou uma evolução em relação às taxas nacionais e estaduais de distorção idade-série, demonstrando um trabalho para minimizar esse desafio:



**Gráfico 16:** Desenvolvimento Histórico da Taxa de Distorção Idade-Série  
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INEP

Uma métrica importante que merece destaque é a Taxa de Ocupação Escolar. Esta é definida como a porcentagem de vagas preenchidas em relação ao total de vagas

disponíveis, e é utilizada para indicar se a rede de ensino está superlotada ou subutilizada. Essa métrica foi desenvolvida no processo TC 3330/2019 e repetida no processo TC 1405/2020. No entanto, no caso do município de Muniz Freire, não foi possível analisar as taxas de ocupação para o Ensino Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais) e Ensino Fundamental (anos finais), devido à falta de resposta ao questionário do processo TC 01405/2020. Além disso, não foram obtidos dados sobre Educação Especial e Infraestrutura das escolas.

- **POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE**

A Constituição de 1988 reconheceu a Saúde como um direito do cidadão e um dever do Estado, resultando na criação de um sistema único de saúde com diretrizes de descentralização, atendimento integral e participação da comunidade. Os municípios são responsáveis pela execução das ações e serviços de saúde no âmbito de seu território, com investimentos mínimos obrigatórios de 15% da receita municipal conforme a Lei Complementar nº 141/2012.

- **Situação de elaboração e envio do plano municipal de saúde 2018-2021 e da programação anual de saúde 2020:**

No caso específico de Muniz Freire (Proc. TC 1.439/2020), constatou-se que o PMS 2018-2021 foi homologado por meio da Resolução 10 de 21/12/2017, portanto, no prazo devido. Já a PAS 2020 foi homologada por meio da Resolução 3 de 6/5/2020, portanto fora do prazo devido. Foi sugerido no relatório de auditoria a disponibilização de todos os instrumentos de planejamento da saúde no site da Secretaria Municipal de Saúde, o encaminhamento do PMS 2022-2025 para o CMS até 31/8/2021 e da PAS 2022 até 15/4/2021, conforme previsto na Portaria de Consolidação 1/2017.

### **Indicadores interfederativos de saúde pactuados (Sispacto)**

Segue abaixo os indicadores utilizados como referência para o acompanhamento de políticas públicas de saúde, especificamente os Indicadores da Pactuação Interfederativa.

**Tabela 1** - Indicadores da Pactuação Interfederativa 2018, 2019 e 2020

Nº	Indicador	U	Meta	Meta	Meta	Meta	Comunicação
----	-----------	---	------	------	------	------	-------------

		/ E	Atingida 2018	Atingida 2019	Pactuada 2020	Atingida 2020	Não Cumpriu (2020)
1	Taxa de Mortalidade Prematura (30 a 69 anos) por Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT)	U	30	22	24	26	NC
2	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados	E	71,4	100	100	75	NC
3	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	U	99,13	99,15	98,00	100	C
4	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) e Tríplice viral (1ª dose) - com cobertura vacinal preconizada	U	100	50	90	100	C
5	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação	U	90	100	90	SI	Nota 4
6	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	U	0	100	>= 90	100	C
7	Número de casos autóctones de malária	E	N/A	N/A	N/A	N/A	Nota 7
8	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	U	0	0	0	0	C
9	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos	U	0	0	0	0	C
10	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e	U	49,10	69,40	75,00	88,9	Nota 5

	turbidez						
11	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	U	0,43	0,53	0,60	0,16	NC
12	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	U	0,05	0,02	0,35	0	NC
13	Proporção de parto normal no SUS e na saúde suplementar	U	32,56	34,73	29,00	35,16	C
14	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias de 10 a 19 anos	U	15,89	17,56	17,08	11,39	C
15	Taxa de mortalidade infantil	U	2	2	3	4	NC
16	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	U	0	0	0	0	C
17	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	U	100	100	100	100	C
18	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	U	62,39	77,04	85,00	68,81	NC
19	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na Atenção Básica	U	97,10	100	100	100	C
20	Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a	U	0	0	0	0	Nota 6



	todos os municípios no ano						
21	Ações de Matriciamento realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	E	N.A	N.A	N.A	N/A	Nota 7
22	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	U	1	SI	4	3	NC
23	Proporção de preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravos relacionados ao trabalho	U	100	100	100	100	C

Fontes: Planilhas do gestor e Tabulações do NSaúde e Planilha da Sesa

Nota1: U (Universal) e E (Específico); C=cumpriu; NC=não cumpriu; N/A=não aplicável; SI=sem informação

Nota2: O município enviou os dados de Metas Alcançadas (2018, 2019 e 2020) e Meta Pactuada 2020.

Nota3: Os dados de 2018, 2019 e 2020 foram tabulados pelo NSAÚDE, sendo que os dados de 2020 são parciais, quando presentes. A Sesa disponibilizou planilha com todos os indicadores de 2019 e 2020, também.

Nota4: Não foi possível medir o indicador 5 para 2020, pois o sistema novo (ESUS-VS) ainda não oferecia esta possibilidade

Nota5: A Pandemia inviabilizou o cumprimento da meta estadual pelos municípios (100%), por afastamento de servidores e/ou desabastecimento de insumos para as análises.

Nota6: Indicador 20 excluído pela Resolução CIT 45/2019

Nota7: Indicadores 7 e 21 não foram pactuados

#### • **Resultados alcançados:**

O município de Muniz Freire cumpriu, no todo, as solicitações de envio de dados, enviando, além dos RAG de 2018 e 2019, os alcances de 2018 a 2020 e, também, as metas para o exercício de 2020, que foram confrontados com as tabulações do NSaúde e/ou Planilha da Sesa<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Com base nos efetivos envios (58 de 78 municípios), nas restrições/justificativas dos

a) Indicadores de Mortalidade

Três dos cinco indicadores deste grupo tiveram resultados insatisfatórios, a saber: 1 – Morte Prematura alcançou resultado insatisfatório com 26 óbitos contra os 24 pactuados para 2020; 2 - Óbitos de Mulheres Férteis Investigados que atingiu 75% contra os 100% pactuados para 2020; e 15 – Mortalidade Infantil com 4 óbitos em 2020 contra os 3 pactuados em 2020. Outro lado, os demais tiveram bons resultados, a saber 3 – Óbitos com Causa Básica Definida com 100 contra os 98% pactuados em 2020; e 16 - Óbitos Maternos com nenhum óbito nos anos de 2018 a 2020.

b) Indicadores Materno-Infantis

Três dos cinco indicadores deste grupo obtiveram resultados satisfatórios, a saber: 4 (Vacinas) que ficou em 100,0% em 2020 contra os 90% pactuados; 13 (partos normais) com proporção de 35,16%, acima dos 29,0% pactuados em 2020; e 14 (gravidez na adolescência) que atingiu proporção de 11,39, acima da meta pactuada para 2020, que foi de 17,08%. Outro lado, os demais alcançaram maus resultados, a saber: 11 (exames citopatológicos) com razão de 0,16 contra 0,6 pactuada para 2020; e 12 (exames de mamografia) com razão 0 contra os 0,35 pactuada para 2020.

c) Indicadores de Coberturas Populacionais de Programas de Saúde

Os indicadores 17 (Cobertura da Atenção Básica) e 19 (Cobertura da Saúde Bucal) atingiram a cobertura máxima (100%) nos anos de 2018 a 2020. O indicador 18 (Condicionalidades do Bolsa Família) atingiu resultado insatisfatório, pois ficou com cobertura de apenas 68,81 contra os 85,0% pactuados para 2020, o que caracteriza inadequado acompanhamento das famílias alvo desta política pública.

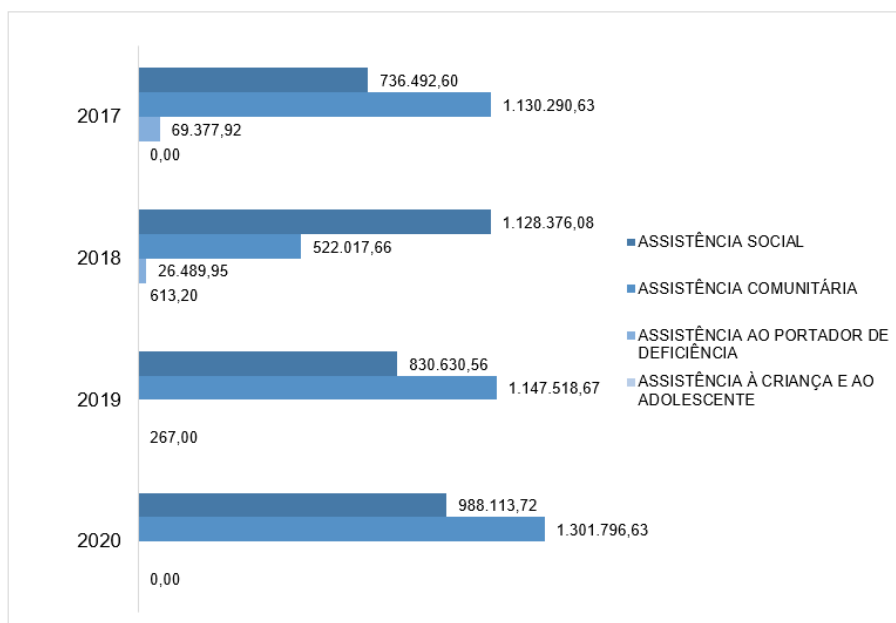
- **POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

gestores e observações sobre os públicos-alvo, foram selecionados três grupos de indicadores: a) **Mortalidade** - indicadores 1, 2, 3, 15 e 16; b) **Materno-Infantil** – indicadores 4, 11, 12, 13 e 14; e c) **Coberturas Populacionais de Programas de Saúde** – indicadores 17, 18 e 19. Os demais indicadores, ou não guardavam relação direta com a situação geográfica de saúde dos municípios, ou eram específicos, ou foram excluídos oficialmente, ou teriam apresentado dificuldades de apuração por questões operacionais, entre outros motivos.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 define a assistência social como uma política pública que tem como objetivo garantir direitos e a inclui como parte do sistema de seguridade social juntamente com a saúde e a previdência social. Essa definição afasta a percepção de assistência social como um conjunto temporário de programas de assistência vinculados ao governo da época.

Em 2020, o município de Muniz Freire, no estado do Espírito Santo, gastou um total de R\$ 2.289.910,35 em assistência social, que é dividida em cinco subfunções: assistência a crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e comunidade em geral, além de despesas de apoio administrativo. O gráfico abaixo mostra a evolução anual dos gastos de cada subfunção em Muniz Freire. A aplicação per capita da assistência social em Muniz Freire também é comparada à média do estado.

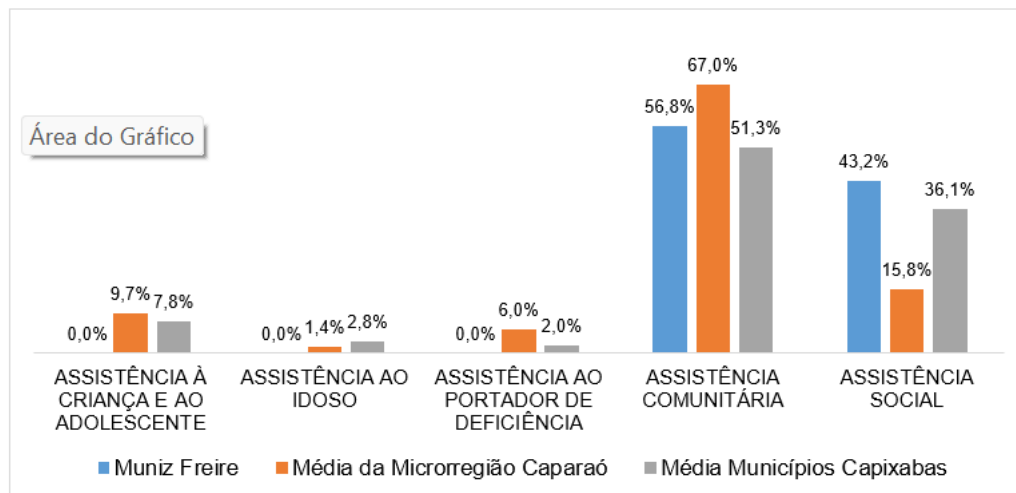


**Gráfico 17.** Evolução anual da despesa liquidada pelo município na função programática Assistência Social por subfunção (R\$)

**Fonte:** Elaboração própria (a partir de dados abertos do Painel de Controle do TCEES).

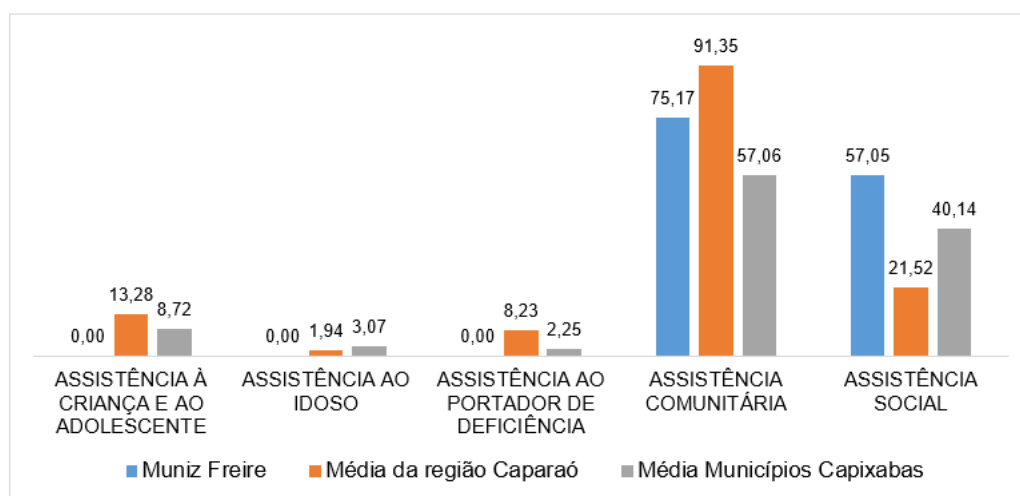
Os municípios do Espírito Santo possuem diferentes necessidades socioassistenciais, que variam de acordo com diversos fatores. Por isso, é comum que cada município aplique os recursos da Assistência Social de acordo com suas demandas. Dois gráficos foram apresentados para identificar como os municípios estão investindo seus recursos na Assistência Social. O primeiro gráfico mostra a porcentagem da despesa liquidada total recebida por cada subfunção em relação à

média da microrregião e à média estadual. O segundo gráfico mostra a despesa liquidada per capita de cada subfunção, também em relação às médias da microrregião e do estado.



**Gráfico 18:** Porcentagem da despesa liquidada por subfunção em 2020 em comparação com a média da microrregião e dos municípios capixabas

**Fonte:** Elaboração própria (a partir de dados abertos do Painel de Controle do TCEES).

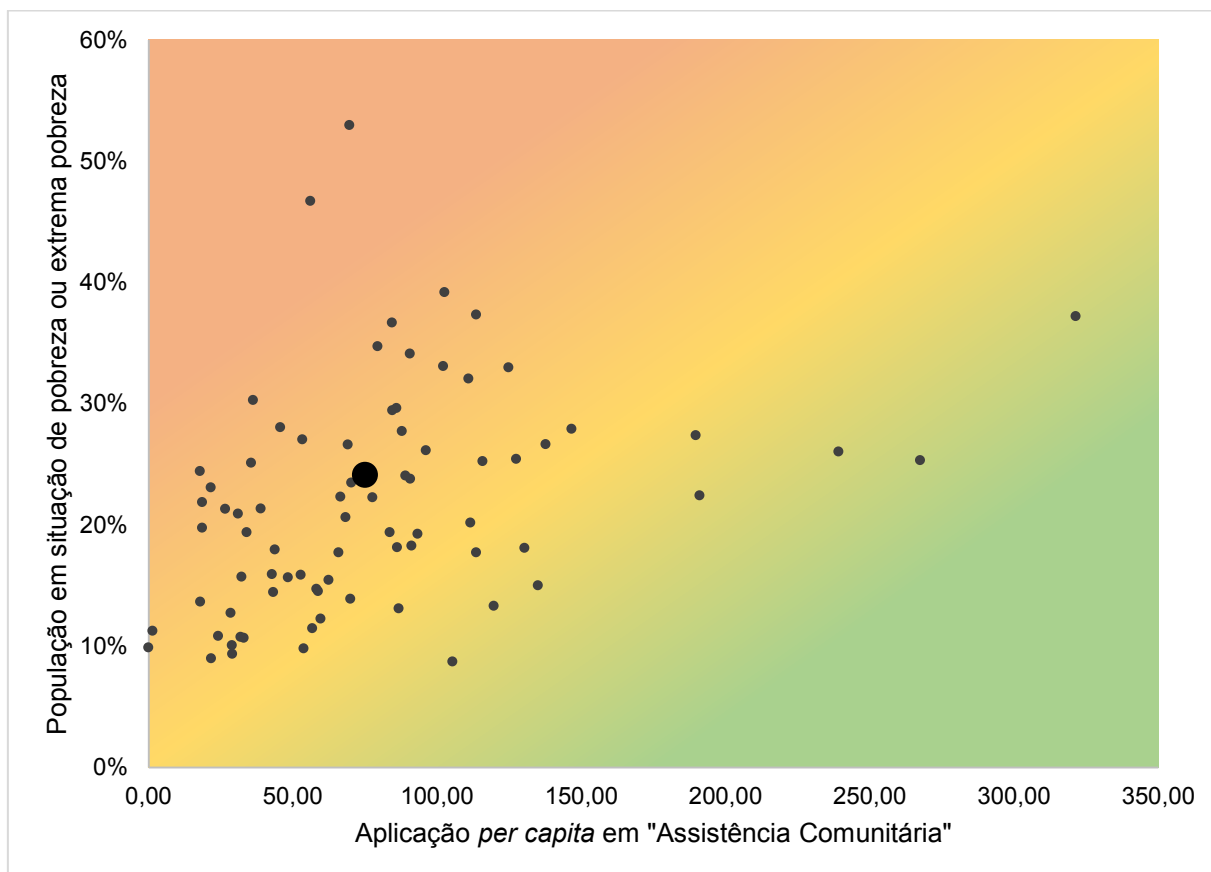


**Gráfico 19:** Despesa liquidada *per capita* por subfunção em 2020 em comparação com a média da microrregião e dos municípios capixabas (R\$)

**Fonte:** Elaboração própria (a partir de dados abertos do Painel de Controle do TCEES).

A decisão sobre a quantidade de recursos a serem alocados em cada subfunção da Assistência Social pode ser melhor orientada usando indicadores para identificar o problema público. Por exemplo, a subfunção "Assistência Comunitária" está ligada à exclusão social e à falta de renda, e a aplicação de recursos pode ser avaliada usando indicadores como a proporção de famílias carentes e o volume de recursos dedicados ao auxílio dessas famílias. Um gráfico é apresentado para relacionar a

aplicação per capita em "Assistência Comunitária" com a proporção da população em situação de pobreza ou extrema pobreza, onde o quadrante inferior direito indica uma situação melhor e o quadrante superior esquerdo indica uma situação pior. O município de Muniz Freire, em 2019, teve cerca de 24% da população em situação de pobreza ou extrema pobreza e aplicou R\$ 75,17 per capita em "Assistência Comunitária" em 2020, sendo o maior ponto do gráfico.



**Gráfico 3:** Aplicação per capita na subfunção "Assistência Comunitária" em 2020 em relação à porcentagem da população em situação de pobreza e extrema pobreza.

**Fonte:** Elaboração própria (a partir de dados das prestações de contas no sistema CidadES e de dados do CadÚnico 2019<sup>10</sup>).

O aumento de despesas na subfunção "Assistência Comunitária" não necessariamente resulta em maior geração de valor público, pois algumas despesas podem não estar ligadas a benefícios diretos para a população. Além disso, os gráficos apresentados não avaliam a eficiência, eficácia ou impacto do gasto público na vida do cidadão, mas permitem visualizar a necessidade de aplicação em

<sup>10</sup> Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/cadastro-unico-familias-pessoas-cadastradas-por-faixas-de-renda>.

programas e ações que compensem a ausência de recursos materiais da população para necessidades básicas. Os gestores podem utilizar o relatório para corrigir ou aprimorar a condução da política de assistência social em nível municipal, juntamente com outras análises.

### III.2.3 – ATOS DE GESTÃO

#### • OBRAS PARALISADAS

A retomada dos investimentos públicos e privados tem sido uma das maiores demandas contemporâneas na economia brasileira. Entretanto, sabemos que para a realização de novos investimentos é preciso resguardar, na forma do art. 45 da LRF, suficiente custeio para as obras já em andamento e para a conservação do patrimônio público.

Nesse cenário, o TCEES para subsidiar a proposição de soluções para uma possível retomada dos investimentos realizou levantamento com o objetivo de conhecer o real universo de obras paralisadas no Estado do Espírito Santo, até outubro de 2020, identificando a quantidade, valores envolvidos, tipos de obras e causas das paralisações, conforme se verifica no **Relatório de Levantamento 9/2020-7** (proc. TC 707/2020)<sup>11</sup>.

Foram identificadas **290** obras paralisadas no Estado do Espírito Santo, perfazendo um total de **R\$ 1.254.694.908,97**, preços da época da contratação, sendo **67** sob a responsabilidade do Poder Executivo estadual, **4** do MPES e **219** do Poder Executivo municipal.

**Tabela 2** - Obras paralisadas no Espírito Santo

Valores em reais

Jurisdicionados	Quantidade de obras paralisadas	%	Valor contratado	%	Valor medido	%
Executivo Estadual	67	23,10%	808.329.066,23	64,42%	375.214.090,99	63,34%
Ministério Público	4	1,38%	1.978.843,10	0,16%	692.995,22	0,12%

<sup>11</sup> Relatório de Levantamento 9/2020-7 – proc. TC 707/2020. Tabela 3 - Quantidade e valor de obras paralisadas – 2ª Etapa. Disponível em: [tcees.tc.br](http://tcees.tc.br)

Executivo Municipal	219	75,52%	444.386.999,64	35,42%	216.458.607,80	36,54%
<b>Total</b>	<b>290</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.254.694.908,97</b>	<b>100,00%</b>	<b>592.365.694,01</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Processo TC 707/2020 - Relatório de Levantamento 9/2020-7

Sob a responsabilidade do Poder Executivo municipal de Muniz Freire, foram identificadas 1 obras paralisadas, no montante contratado, a preço inicial, de R\$ 294.836,99, o equivalente a 0,07% do total das contratações relativas a obras paralisadas nos municípios capixabas.

**Tabela 3** - Obras paralisadas – Muniz Freire

Valores em reais

Obras contratadas na gestão	Quantidade de obras				Valor contratado (preço inicial)		
	Educação	Saúde	Outros	Total	Recursos próprios	Recursos externos	Total
2017 – 2020	1	-	-	1	-	294.836,99	294.836,99
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>294.836,99</b>	<b>294.836,99</b>

Fonte: Relatório de Levantamento 9/2020-7 e Apêndice 00173/2020-8 (processo TC 707/2020).

Observa-se que é obra contratada, no período da gestão municipal de 2017-2020, sendo relacionada diretamente à educação.

Registram os autos que já foram aplicados na obra em destaque, recursos públicos externos (como convênios e financiamentos) da ordem de R\$ 167.654,22, valor medido, e que há planejamento para a retomada da obra<sup>12</sup>.

Nesse sentido, cabe **dar ciência** ao atual chefe do Poder Executivo, com fundamento no art. 9º, *caput*, da Resolução TC 361/2022, da ocorrência identificada neste tópico, como forma de alerta, para a importância do pleno cumprimento do disposto no artigo 45, da LRF, assegurando que o início de novas obras não prejudique a continuidade daquelas já iniciadas, e caso a execução ultrapasse um exercício financeiro, observe que não poderá iniciá-las sem prévia inclusão no plano

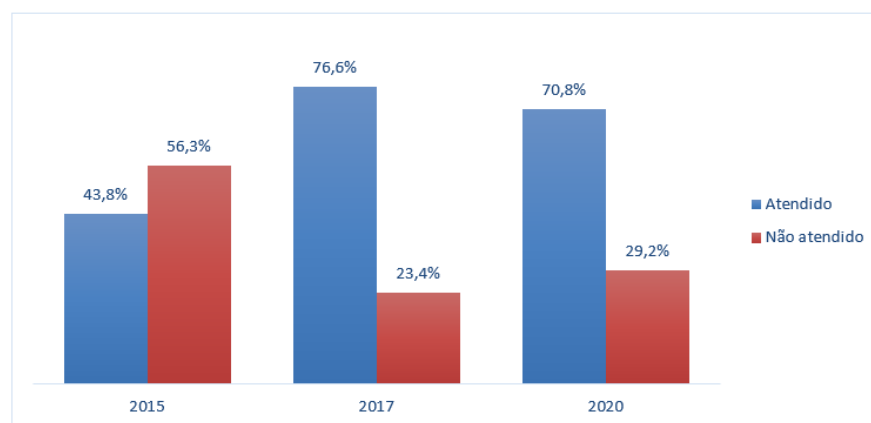
<sup>12</sup> Relatório de Levantamento 9/2020-7 e apêndice 00173/2020-8 do proc. TC 707/2020. Tabela 16 - Indicação de planejamento para a retomada da execução das obras paralisadas, por microrregião, município, quantidade e valor contratado a preços iniciais, segundo Executivo Municipal. Disponível em: [tcees.tc.br](http://tcees.tc.br)

plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, conforme estabelece o art. 167, § 1º, da CF.

- **TRANSPARÊNCIA PÚBLICA**

Acesso à informação é um direito fundamental regulamentado pela Lei de Acesso à Informação no Brasil. A transparência na gestão pública é dividida em transparência ativa (divulgação de informações pelo governo sem solicitação) e transparência passiva (disponibilização de informações mediante solicitação).

Com o objetivo de mensurar, o TCEES criou o Índice de Transparência Municipal Eletrônica (ITM-e) e o Índice de Transparência Passiva Eletrônica (ITP-e) para avaliar a transparência de municípios e câmaras municipais. A avaliação mais recente (2020) destacou a evolução da transparência ativa ao longo do tempo. Os itens analisados incluem despesas, licitações e contratos, receitas, pessoal, transferências, patrimônio, gestão fiscal e direitos do usuário. O grau de transparência passiva foi avaliado através de um questionário baseado na Lei de Acesso à Informação. O resultado obtido corresponde à porcentagem de pontos alcançados em relação ao total de pontos possíveis, considerando os pesos de cada item.

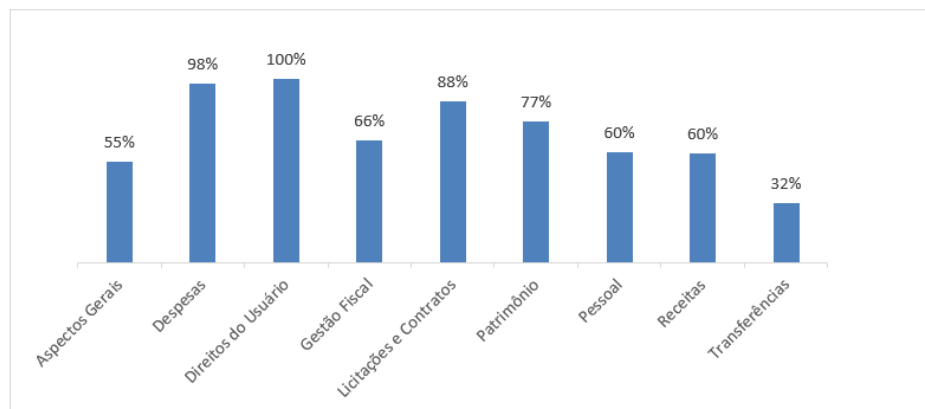


**Gráfico 21:** Evolução do grau de atendimento aos itens analisados no Poder Executivo Municipal

Fonte: Relatórios de fiscalização sobre a transparência ativa<sup>13</sup>

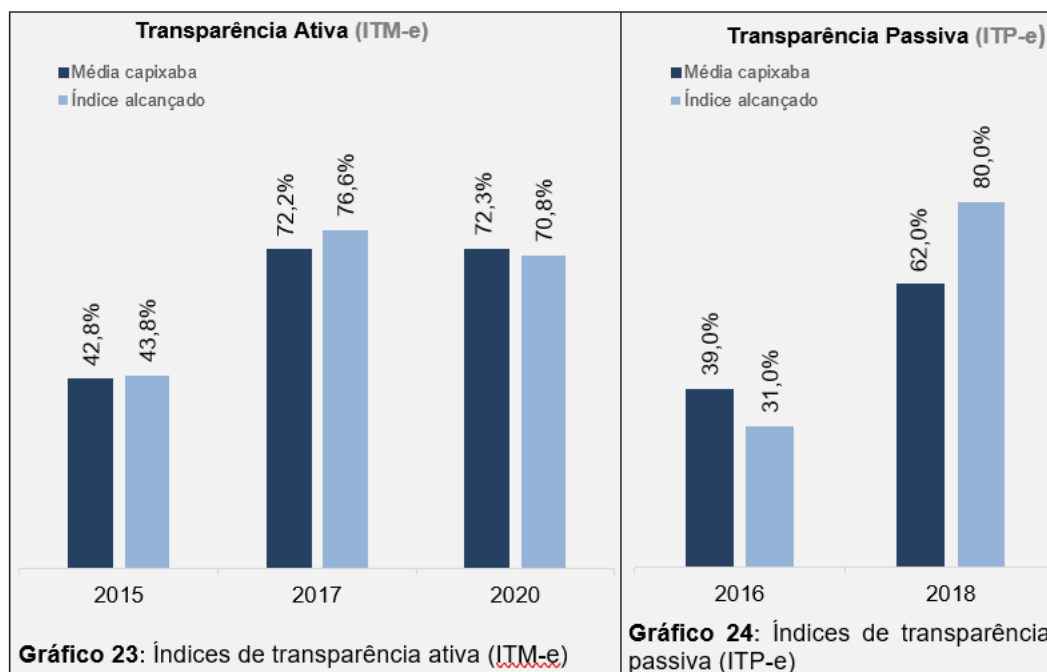
Ainda em relação à transparência ativa, mantendo a relação entre os pontos alcançados e os pontos possíveis, destaca-se no gráfico a seguir o resultado do grau de atendimento “por tipo de informação” obtido em 2020:





**Gráfico 22:** Atendimento da transparência ativa 2020 – por tipo de informação no Poder Executivo Municipal  
Fonte: Relatórios de fiscalização sobre a transparência ativa<sup>13</sup>

Para finalizar, apresenta-se nos gráficos a seguir a evolução histórica do grau de transparência alcançado pela Prefeitura Municipal de Muniz Freire nos trabalhos realizados pelo TCEES.



**Gráfico 23:** Índices de transparência ativa (ITM-e)

**Gráfico 24:** Índices de transparência passiva (ITP-e)

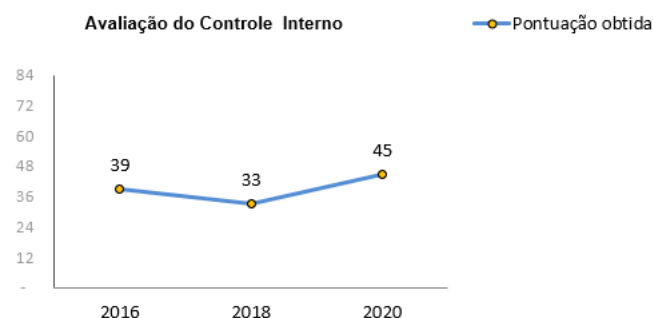
Fonte: Relatórios de fiscalização sobre a transparência ativa<sup>13</sup> e relatórios de fiscalização sobre a transparência passiva<sup>14</sup>

Considerando que índice de transparência ativa em 2020 sofreu uma queda em relação à 2017 e ficou abaixo da média capixaba. Já o índice de transparência passiva apresentou uma evolução muito grande na última avaliação 2018.

Acolho a proposta contida na ITC 4378/2022-1 no sentido de dar ciência ao atual chefe do Poder Executivo, com fundamento no art. 9º, caput, da Resolução TC 361/2022, da ocorrência identificada neste tópico, como forma de alerta, para a importância da transparência na gestão pública.

## CONTROLE INTERNO

A Constituição Federal estabelece que a fiscalização dos municípios será exercida pelo Poder Legislativo municipal e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo municipal. A implementação do Sistema de Controle Interno é uma oportunidade para assegurar o cumprimento das exigências legais e otimizar a aplicação dos recursos públicos. O TCEES aprovou o “Guia de orientação para Implantação do Sistema de Controle Interno” visando à melhoria da governança e da gestão de riscos. Levantamentos foram realizados nos anos de 2016, 2018 e 2020 para avaliar o funcionamento do Sistema de Controle Interno nas prefeituras e câmaras municipais. A pontuação máxima obtida na avaliação da Prefeitura Municipal nos anos de 2016, 2018 e 2020 foi, respectivamente, 53º, 79º e 77º lugar, dentre as prefeituras e câmaras municipais fiscalizadas.



**Gráfico 25:** Avaliação do controle interno da Prefeitura Municipal de Muniz Freire  
Fonte: Relatório de Levantamento 6/2016-5 (TC 3.367/2016); Relatório de Levantamento 5/2019-5 (TC 2.311/2019); e Relatório de Levantamento 8/2020 (TC 3.559/2020).

Diante da relevância do Sistema de Controle Interno, acolho a proposta contida na ITC 4378/2022-1 no sentido de dar ciência ao atual chefe do Poder Executivo, com fundamento no art. 9º, *caput*, da Resolução TC 361/2022, da ocorrência identificada

neste tópico, como forma de alerta, para a importância da promoção de uma política pública de manutenção e aprimoramento do controle interno.

- **ATUAÇÃO EM FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS**

A Prestação de Contas Anual, avaliada no proc. TC 2.505/2021-1, apenso a estes autos, refletiu a atuação dos gestores responsáveis, no exercício das funções administrativas na Prefeitura Municipal de Muniz Freire.

Respeitado o escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, a análise consignada no Relatório Técnico 150/2022-3 (peça 47, daqueles autos), teve por base as informações apresentadas nas peças e demonstrativos contábeis encaminhados pelo gestor responsável, nos termos da Instrução Normativa 68/2020.

Após análise, restou consignado naqueles autos, opinamento pela oitiva dos chefes do Poder Executivo municipal, no exercício de 2020, Srs. Carlos Bahim Bazzarela e Evandro Paulúcio, com base no art. 126 do RITCEES, conforme segue:

**4-** Não comprovação do cumprimento das determinações contidas no Acórdão 1666/2020, Processo TC 3627/2015.

Acrescentou-se naquele RT, também, proposta de dar ciência ao chefe do Poder Executivo municipal para que proceda, nos próximos exercícios, ao reconhecimento do ajuste para perdas dos créditos em dívida ativa, na forma da IN TC 36/2016 (item 3.9.3 do RT 150/2022-3, proc. TC 2.505/2021-1, apenso).

**Destaca-se que o presente item vai ser avaliado neste voto.**

### **III.2.3 – MONITORAMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO COLEGIADO**

Em consulta ao sistema de monitoramento deste TCEES foram constatadas ações pertinentes ao exercício em análise, conforme tabela a seguir:

**Tabela 4** - Ações de Monitoramento

Valores em reais

Deliberação	Processo	Descrição da Providência	Forma de Monitoramento	Prazo	Valor
01666/2020-3	03627/2015-6	1.3 Determinar, com fulcro no art. 207, inc. IV do RITCEES, ao atual gestor para que, sem prejuízo do	II - Na instrução de tomadas ou prestações de		

		monitoramento desta Corte de Contas, na próxima prestação de contas anual: a) Promova o devido recolhimento das contribuições previdenciárias dos servidores, relativas ao exercício de 2014; b) Adote norma de procedimento objetivando o recolhimento das contribuições previdenciárias retidas;	contas		
00073/2021-3	08694/2019-1	1.6. DETERMINAR ao Poder Executivo Municipal para que: d). Promova os ajustes contábeis necessários quanto à inconsistência na movimentação financeira dos valores recebidos a título de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural (4.3.3.1 do RT 714/2019 e 2.3 da ITC 996/2020), que serão objeto de monitoramento na próxima prestação de contas anual ser encaminhada; e). Adote medidas necessárias à avaliação atuarial e o reconhecimento da provisão matemática previdenciária no passivo exigível, de acordo com as normas previdenciárias e contábeis vigentes, informando, na próxima prestação de contas, as medidas adotadas em notas explicativas.	II - Na instrução de tomadas ou prestações de contas		
00064/2022-2	05229/2021-2	.4. DETERMINAR ao atual chefe do executivo municipal, com base no art. 329, §7º do Regimento Interno desta Corte de Contas, para que tome medidas administrativas para ressarcir ao erário o valor dispendido com juros e multas, pelo atraso na quitação do débito previdenciário, na forma da IN TCEES 32/2014;RITCEES,ao atual gestor para que, sem prejuízo do monitoramento desta Corte de Contas, na próxima prestação de contas anual: a) Promova o devido recolhimento das contribuições previdenciárias dos servidores, relativas ao exercício de 2014; b) Adote norma de procedimento objetivando o recolhimento das contribuições previdenciárias retidas;	II - Na instrução de tomadas ou prestações de contas		

Fonte: Sistema e-TCEES

Em relação à 1666/2020-3, a matéria foi analisada no processo apenso, PCA de gestão da prefeitura municipal, TC 2.505/2021.

Em relação à deliberação 73/2021-3, datada de 13/09/2021, observa-se que é verificável na próxima prestação de contas anual.

### III.3 – RISCOS E AMEAÇAS À SUSTENTABILIDADE FISCAL

A gestão de riscos fiscais é importante para manter o equilíbrio das contas públicas no longo prazo. Eventos globais, como a pandemia da Covid-19, a queda no preço do petróleo e a crise financeira mundial, mostraram a vulnerabilidade das finanças governamentais. No Espírito Santo, eventos climáticos e a paralisação da Samarco

em 2015 também afetaram as finanças municipais. Identificar e analisar riscos fiscais permite mitigar suas consequências tanto na esfera fiscal quanto social.

### **III.3.1 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA (RECEITAS X DESPESAS)**

A política fiscal (receitas e despesas) do município nos últimos quatro anos foi conduzida por uma gestão orçamentária deficitária (receitas abaixo das despesas, exceto em 2020). Ademais, 91% dos recursos obtidos em 2020 se originaram de transferências de outros entes (União e Estado). Essa dependência torna o município vulnerável às condições adversas (econômicas, fiscais e políticas) que podem acontecer com os entes transferidores. Do lado da despesa, o município direcionou 95,3% para despesas correntes e um baixo nível (4,7%) para despesas de capital em 2020: enquanto gastou 65,2% com pessoal, o investimento (principal variável para o aumento de riqueza econômica) correspondeu a um baixo patamar de 2,0% da despesa total liquidada. O resultado primário positivo e o endividamento com lastro financeiro em 2020 contribuem para o município trilhar o caminho da sustentabilidade fiscal.

### **III.3.2 – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL**

Entre o segundo semestre de 2015 e o primeiro semestre de 2019, o Tribunal de Contas do Espírito Santo realizou auditorias em todos os municípios capixabas para analisar a estrutura legislativa, física e organizacional da Administração Tributária Municipal.

O trabalho foi norteado pelos seguintes temas principais: Legislação, Recursos Humanos, Infraestrutura, Fiscalização, Cobrança e Registro do Crédito, a partir dos quais, em geral, desenvolveram-se 18 pontos de controle.

A fiscalização (Processo TC 4.283/2016) realizada no município identificou as seguintes irregularidades:

- Legislação não disponibilizada adequadamente para consulta;
- Planta Genérica de Valores não instituída por lei;
- Irregularidades na atualização monetária;
- Irregularidade na concessão de benefícios fiscais;
- Inexistência de carreira de fiscalização tributária;

- Cargos desprovidos de atribuições legais;
- Não priorização de recursos à Administração Tributária;
- Cadastro imobiliário não fidedigno;
- Ausência de fiscalização de ISS;
- Irregularidades no arbitramento do ITBI;
- Ausência de informações de cartórios;
- Cobrança ilegal de taxa de limpeza pública;
- Cobrança ilegal de taxa de calçamento;
- Falha na cobrança administrativa da dívida ativa;
- Parcelamentos em desacordo com as normas legais;
- Procedimento insuficiente para realizar a efetiva arrecadação;
- Inconsistência no registro contábil dos créditos tributários.

A partir da correção de tais irregularidades, espera-se que os municípios implementem o dever de instituir, prever e arrecadar todos os tributos de sua competência, o fazendo de forma justa para com seus contribuintes e revertendo os respectivos recursos em favor da sociedade, contribuindo também para a sustentabilidade fiscal de suas finanças.

### **III.3.3 – LIMITE 85% E 95% DA EC 109/2021**

A Emenda Constitucional nº 109/2021 apresenta a cláusula de emergência fiscal para os entes subnacionais, que permite aplicar medidas de ajuste fiscal quando a relação entre despesas correntes e receitas correntes atingir 95% em um período de 12 meses. Antes disso, a partir de 85%, medidas podem ser implementadas parcial ou totalmente, por atos do Chefe do Poder Executivo, com vigência imediata, submetidos à apreciação do Legislativo. O atingimento do limite de 85% sugere a adoção prudencial de medidas de contenção. As medidas são facultativas, mas a obtenção de garantias e a realização de operações de crédito com outro ente são vedadas até que todas as medidas sejam adotadas e declaradas pelo Tribunal de Contas. O acompanhamento bimestral da relação despesa corrente/receita corrente visa à sustentabilidade fiscal. O município de Muniz Freire obteve uma relação de 82,0% em 2020, mas, ao excluir as receitas não recorrentes oriundas da ajuda da União no combate à pandemia, a relação passaria para 90,2%.

### III.3.4 – SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Em 2016, o Tribunal de Contas do Espírito Santo avaliou o Sistema de Controle Interno das Prefeituras e Câmaras municipais, verificando 28 itens relacionados ao ambiente de controle interno, unidade de controle interno, avaliação de risco e procedimentos de controle. Foi proposto um índice para medir a qualidade do controle interno, com pontuação máxima de 84 pontos. A nota total do município foi 39%, ocupando o 19º lugar no ranking dos municípios capixabas. Um sistema de controle interno bem estruturado e funcionando contribui para a melhoria da governança, da gestão de riscos e do controle interno da administração pública.

### III.3.5 – ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL (IEGM)

O IEGM é um índice que mede a efetividade da gestão municipal no Brasil, oferecendo um diagnóstico completo da gestão pública. Ele permite a aferir a qualidade dos serviços públicos e políticas, gastos e investimentos realizados. A nota consolidada do IEGM dos municípios capixabas é composta a partir de 7 índices temáticos: Educação; Saúde; Planejamento; Gestão Fiscal; Meio Ambiente; Cidades Protegidas; Governança em Tecnologia da Informação. Os conceitos podem ser: “A” (altamente efetiva); “B+” (muito efetiva); “B” (efetiva); “C+” (em fase de adequação); “C” (baixo nível de adequação). Em 2017, O resultado geral<sup>13</sup> do município relativo a 2017 foi **C (baixo nível de adequação)**, com destaque para as temáticas: **Gestão Fiscal e Meio Ambiente com nota B.**

### III.3.6 – INDICADOR DE VULNERABILIDADE FISCAL (IVF)

O Indicador de Vulnerabilidade Fiscal (IVF) foi criado pelo TCEES em 2021 com o objetivo de avaliar e apresentar o grau de vulnerabilidade das finanças municipais em relação aos riscos fiscais que possam afetar negativamente as contas públicas. O IVF não identifica os riscos fiscais dos municípios, mas revela até que ponto estão preparados para lidar com riscos. O IVF considera a margem entre receitas e despesas recorrentes, o nível do ativo financeiro, a dívida consolidada bruta e a situação da previdência para atribuir uma nota de baixa, média ou alta

---

<sup>13</sup> Ver resultados no [Painel de Controle](#) do TCEES.

vulnerabilidade. A nota geral do IVF do município em **2019** foi **83 (alta vulnerabilidade)**, passando para **58 (média vulnerabilidade)** em **2020**. O objetivo do IVF é estimular os municípios a adotarem ou aprimorarem suas práticas de gestão de risco fiscal.

### **III.3.7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE RISCOS E AMEAÇAS À SUSTENTABILIDADE**

**Do exposto acima**, pode-se apontar as seguintes situações que exigem atenção para uma favorável gestão de riscos pelo município:

- Gestão orçamentária deficitária (receitas abaixo das despesas) nos últimos quatro anos (exceto 2020).
- Dependência de recursos de outros entes, submetendo o município às condições adversas (econômicas, fiscais e políticas) que podem acontecer com os entes transferidores.
- Patamar baixo dos gastos com investimento (principal varável para o aumento de riqueza econômica).
- Deficiências na administração da receita pública.
- Extrapolação dos limites 85% e 95% da EC nº 109/2021.
- Índice baixo na qualidade do Controle Interno.
- Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) com baixo nível de adequação.

## **IV – FUNDAMENTAÇÃO**

### **IV.1 – DO MÉRITO:**

No exercício de suas atribuições, a área técnica procedeu à elaboração dos **Relatório Técnico 256/2022-3** (eventos 73) e **Relatório Técnico 150/2022-3** (evento 47, Processo TC 2505/2021), sugerindo a oitiva do chefe do Poder Executivo em razão de não conformidades registradas nas subseções 3.2.1.1, 3.2.1.2, 3.2.8,



3.3.1.1, 3.4.5, 3.4.8, 3.4.8, 3.4.10.1, 3.4.10.3, 3.4.11, 3.4.12, 7,2 de acordo com o que estabelece o art. 126 do RITCEES.

Por meio da Decisão Segex 692/2022-1 (peça 74), o Tribunal de Contas determinou a citação dos senhores Carlos Brahim, Bazzarella, Evandro Paulúcio e Gesi Antônio da Silva Junior, para se manifestarem sobre os achados identificados, no prazo improrrogável de até 30 dias. O que ocorreu, por meio do **Termos de Citação 335 a 337/2022** (peça 75 a 77), cuja manifestação encontra-se acostada aos autos:

- Sr. **Carlos Brahim Bazzarella** - Termo de Citação 335/2022-4 (peça 75). Com manifestação – Resposta de Comunicação 1.649/2022-6 e Defesa/Justificativa 1.449/2022-1 (peças 84/85), além de Resposta de Comunicação 1.653/2022-2 (peça 111) Resposta de Comunicação 1.654/2022 (peça 112) e Defesa/Justificativa 1.453/2022-7 (peça 113), e documentação complementar 87 a 105 e 115);
- Sr. **Evandro Paulúcio** – Termo de Citação 336/2022-9 (peça 76), não foi identificada documentação em seu nome (Despacho 43.622/2022-4, peça 110); e
- Sr. **Gesi Antonio da Silva Junior** – Termo de Citação 337/2022-3 (peça 77). Com manifestação – Resposta de Comunicação 1.635/2022-4 e Defesa/Justificativa 1.438/2022-2 (peça 107), e documentação complementar 108/109).

Ato contínuo, os autos foram NCONTAS para análise e emissão de instrução técnica conclusiva, que se manifestaram por meio da ITC 4378/2022-1

Diante o exposto, passo a me manifestar quanto os indicativos de irregularidade:

**V.1.1 Distorção entre a dotação atualizada apurada e a evidenciada entre Balancete da Execução da Despesa Orçamentária - BALEXOD e Demonstrativo dos Créditos Adicionais – DEMCAD** (item 3.2.1.1 do RT 256/2022-3).

**Responsáveis:** Sr. Carlos Brahim Bazzarella e Sr. Evandro Paulúcio.

Apontou o item 3.2.1.1 do RT 256/2022-3 que de acordo com a Tabela 3 - Despesa total fixada, há uma diferença de R\$ 173.928,79 entre a Dotação atualizada calculada com base no BALEXOD e DEMCAD e a Dotação atualizada mostrada no

BALEXOD. Por esse motivo, os responsáveis foram citados, de acordo com o artigo 102 da Lei 4320/64, para apresentar justificativas e documentação comprovante, se julgar necessário. Conforme consta:

**Tabela 3-** Despesa total fixada Valores em reais

<b>(=) Dotação inicial BALEXOD</b>	<b>65.000.000,00</b>
(+) Créditos adicionais suplementares (DEMCAD)	11.390.038,12
(+) Créditos adicionais especiais (DEMCAD)	277.221,84
(+) Créditos adicionais extraordinários (DEMCAD)	327.331,66
(-) Anulação de dotações (DEMCAD)	8.554.185,32
<b>(=) Dotação atualizada apurada (a)</b>	<b>68.440.406,30</b>
<b>(=) Dotação atualizada BALEXOD (b)</b>	<b>68.614.335,09</b>
<b>(=) Divergência (c) = (a) – (b)</b>	<b>- 173.928,79</b>

Fonte: Processo TC 02423/2021-5 - PCA/2020 - BALEXOD, DEMCAD

Em resposta à citação os gestores responsáveis se justificaram através das peças Defesa de Justificativa 1449/2022 e Peça Complementar 58292/2022 afirmando que a divergência aconteceu porque o sistema contábil utilizado pelo município não gerou os créditos extraordinários abertos através dos Decretos nº. 8327/2020 e nº. 8561/2020, no valor de R\$ 25.000,00 e R\$ 148.928,79, respectivamente, totalizando R\$ 173.928,79. Além disso, o município cadastrou os créditos sem a informação de qualquer Lei autorizativa, conforme estabelecido pelo art. 44 da Lei Federal nº. 4.320/64.

Desta forma, os créditos adicionais extraordinários abertos pelo município, totalizam R\$ 501.260,45, o que nos permite apurar os seguintes valores, conforme demonstrado a seguir:

<b>(=) Dotação inicial BALEXOD</b>	<b>65.000.000,00</b>
(+) Créditos adicionais suplementares (DEMCAD)	11.390.038,12
(+) Créditos adicionais especiais (DEMCAD)	277.221,84
<b>(+) Créditos adicionais extraordinários (DEMCAD)</b>	<b>501.260,45</b>
(-) Anulação de dotações (DEMCAD)	8.554.185,32
<b>(=) Dotação atualizada apurada (a)</b>	<b>68.614.335,09</b>
<b>(=) Dotação atualizada BALEXOD (b)</b>	<b>68.614.335,09</b>
<b>(=) Divergência (c) = (a) – (b)</b>	<b>0,00</b>

Por fim, a defesa solicitou ao Tribunal de Contas que afaste os motivos que levaram à citação do item em questão, uma vez que a divergência de R\$ 173.928,79 se deve ao fato dos Decretos nº. 8327/2020 e nº. 8561/2020 não terem sido gerados no arquivo DEMCAD, garantindo assim a precisão dos créditos adicionais abertos pelo município de Muniz Freire e sua compatibilidade com o BALEXOD.

Após análise, o Núcleo de Controle Externo Consolidação de Contas de Governo (NCCONTAS) por meio da ITC 4378/2022 afirmou que compulsando-se a documentação encaminhada pela defesa verifica-se que não foi encaminhado cópia dos decretos 8327 e 8561, apenas documento denominado listagem de créditos adicionais extraordinários. Salienta-se que em consulta realizada no portal da transparência do município constata-se que os decretos relativos aos créditos adicionais não estão disponíveis para consulta. Portanto, **permanece mantida a irregularidade.**

**V.1.2 Insuficiência de recursos para a abertura de crédito adicional proveniente de excesso de arrecadação e de superávit financeiro (exercício anterior)** (item 3.2.1.2 do RT 256/2022-3).

**Responsáveis:** Sr. Carlos Brahim Bazzarella e Sr. Evandro Paulúcio.

Consta no item 3.2.1.2 do RT 256/2022-3, que a tabela de “Fontes de Créditos Adicionais x Fontes de Recursos” apontou possível insuficiência de recursos para a abertura de créditos adicionais provenientes de excesso de arrecadação e superávit financeiro.

**Tabela 5-** Fontes de Créditos Adicionais x Fontes de Recursos

Valores em reais

DEMCAD			BALANCETE RECEITA		BALPAT	
Fontes de Recursos	Abertura de Créditos Adicionais		Excesso de Arrecadação		Superávit Financeiro do Exercício Anterior	
	Excesso de Arrec.  (a)	Superávit Financ. Exerc. Anterior  (b)	Apurado  (c)	Sufic./ Insufic.  (d)=(c)–(a)	Apurado  (e)	Sufic./ Insufic.  (f)=(e)–(b)
215 - Transferências fundo a fundo de recursos do sus provenientes do governo federal (Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde)	58.605,00	356.100,00	-342.390,98	-400.995,98	2.951.731,23	2.595.631,23
990 - outros recursos vinculados	30.130,72	623.621,01	1.299.769,01	1.269.638,29	251.150,03	-372.470,98

Fonte: Processo TC 02423/2021-5 - PCA/2020 - DEMCAD E BALPAT e PCM/2020 Balancete Receita

De acordo com o art. 43, § 1º, inciso I e § 2º da Lei Federal 4.320/64; artigo 8º, § único da Lei Complementar Federal 101/2001, os responsáveis foram citados para que pudessem apresentar documentos ou esclarecimentos necessários para resolver essa situação.

Em resposta, os gestores responsáveis apresentaram justificativa através da peças Defesa de Justificativa 1449/2022 e Peça Complementar 58294/2022 ponderando que o crédito adicional aberto pelo Decreto nº. 8.531/2020 para a fonte de recurso 215 teve como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício anterior, e não o excesso de arrecadação registrado na contabilidade. Já em relação ao crédito adicional aberto pelo Decreto nº. 8.253/2020 para a fonte de recurso 990, a fonte de recursos seria o excesso de arrecadação, e não o superávit financeiro do exercício anterior registrado na contabilidade.

Desta forma, após os devidos ajustes relativos ao equívoco no registro dos créditos suplementares efetivados por superávit financeiro da fonte de recurso “990 – OUTROS RECURSOS VINCULADOS” que, verdadeiramente, se referem a créditos abertos por excesso de arrecadação, afirma os responsáveis que a fonte de recursos “990 – OUTROS RECURSOS VINCULADOS”, gerou um saldo de excesso de arrecadação de R\$ 646.017,28, valor este suficientemente capaz de dar cobertura aos créditos abertos na fonte de recurso em questão.

O Núcleo de Controle Externo Consolidação de Contas de Governo (NCCONTAS) através da ITC 4378/2022 afirmou que assim como no item V.1.1 deste voto, a documentação encaminhada não é suficiente para corroborar as argumentações apresentadas, tendo em vista que não foram encaminhadas cópias desses decretos, mas apenas listagem de créditos adicionais da fonte 215, sendo que para a fonte 990 não há qualquer documentação. Portanto, **permanece mantida a presente irregularidade.**

**V.1.3 Dotação atualizada se apresenta em valores superiores à receita prevista atualizada** (item 3.2.8 do RT 256/2022-3).

**Responsáveis:** Sr. Carlos Brahim Bazzarella e Sr. Evandro Paulúcio.

Com base nos critérios estabelecidos nos arts. 85, 90, 91, 102 da Lei 4.320/1964, entende-se que o valor da dotação atualizada no Balanço Orçamentário deve ser igual ou menor que à receita prevista, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 14-** Planejamento Orçamentário

Valores em reais

Dotação Atualizada – BALORC (a)	68.614.235,09
Receita Prevista Atualizada – BALORC (b)	66.279.251,71
<b>Dotação a maior (a-b)</b>	<b>2.334.983,38</b>

Fonte: Processo TC 02423/2021-5 - PCA/2020 - BALORC

**Tabela 15-** Informações Complementares para análise em reais

Valores

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores – BALORC (Previsão Atualizada)	0,00
Saldo de Superávit Financeiro – Exerc. Anterior – BALORC (Previsão Atualizada)	1.693.821,56
Saldo de Reabertura de Créditos Adicionais Exerc. Anterior – BALORC (Previsão Atualizada)	0,00
Créditos Adicionais Abertos no Exercício (Fonte: Superávit Financeiro Exerc. Anterior) - DEMCAD	1.693.821,56
Créditos Adicionais Abertos no Exercício (Fonte: Reabertura de Créditos Adicionais) - DEMCAD	0,00

Fonte: Processo TC 02423/2021-5 - PCA/2020 - BALORC, DEMCAD

Pelo exposto, verifica-se que a dotação atualizada se apresenta em valores superiores à receita prevista atualizada. Considerando que a abertura de créditos adicionais no exercício com a fonte Superávit Financeiro Exerc. Anterior, no total de R\$ 1.693.821,56, no entanto há R\$ 2.334.983,38 em dotação atualizada maior que a prevista; motivo pelo qual, os responsáveis foram citados para que pudessem apresentar esclarecimentos/documentos que julgarem necessários.

Em resposta justificaram os gestores por meio da peça Defesa de Justificativa 1449/2022 que a despesa atualizada não está limitada apenas à receita prevista e ao superávit financeiro do exercício anterior, mas também inclui os créditos adicionais abertos ao longo do exercício, provenientes de outras fontes de recursos. Esses créditos adicionais elevam a dotação orçamentária aprovada e possuem cobertura financeira para sua efetivação, o que torna razoável considerá-los na análise da despesa atualizada.

Neste sentido, dos créditos orçamentários aprovados através na Lei Orçamentária Anual de 2020, podemos apurar os seguintes valores:

Dotação Aprovada na LOA	65.000.000,00
Excesso de Arrecadação (1.216.147,40 + 173.928,79)(item 3.2.1.1)	1.390.076,19
Recursos de Convênios	530.437,34
Superávit Financeiro	1.693.821,56
Dotação Atualizada LOA	68.440.406,30

Por fim, os gestores solicitaram ao Tribunal de Contas o afastamento dos fatos que levaram à citação do item em questão. Já que os recursos provenientes do excesso de arrecadação e dos convênios foram suficientes para elevar a despesa orçamentária atualizada e que todos os créditos adicionais foram autorizados legalmente, evitando déficit financeiro.

O Núcleo de Controle Externo Consolidação de Contas de Governo (NCCONTAS) através da ITC 4378/2022 afirmou que compulsando-se as informações contidas na PCA verifica-se que assiste razão aos defendentes. Em que pese a dotação atualizada ser R\$ 2.334.983,38 superior à receita prevista, este valor é coberto pelos recursos de convênios no montante de R\$ 530.437,34 e, pelos créditos adicionais abertos por superávit financeiro do exercício anterior no valor de R\$ 1.693.821,56 e por excesso de arrecadação no valor de R\$ 1.216.147,40, perfazendo o montante de R\$ 3.440.406,30. Desse modo, **considero o presente apontamento regular.**

#### **V.1.4 Apuração de déficit financeiro em diversas fontes de recursos evidenciando desequilíbrio das contas públicas** (item 3.3.1.1 do RT 256/2022-3).

**Responsáveis:** Sr. Carlos Brahim Bazzarella e Sr. Evandro Paulúcio.

A análise efetuada no item 3.3.1.1 apontou que do resultado financeiro evidenciado no Anexo ao Balanço Patrimonial, apontou déficit financeiro em diversas fontes (111, 112, 113, 620 e 710).

Constata-se, ainda, que a fonte de recursos ordinários (R\$ 861.996,10) possui saldo insuficiente para a cobertura do total do saldo negativo das demais fontes (R\$-882.956,61), motivo pelo qual o gestor foi devidamente citado (art. 167, inc. V a VII, e §§ 2º e 3º, observado o § 5º, todos da CRFB; arts. 7º, I, 40 a 46, 48, "b", 90 e 91 da Lei nº 4.320/64, LDO, LOA, art. 1º, § 1º, c/c art. 4º, inciso I, alínea "a" da Lei Complementar 101/2000).

Fonte	Descrição	Saldo BALPAT
-------	-----------	--------------

		<b>31/12/2020</b>
		<b>(R\$)</b>
111	Receita De Impostos E De Transferência De Impostos - Educação	-115.816,04
112	Transferências do FUNDEB (60%)	-529.294,58
113	Transferências do FUNDEB (40%)	-102.273,41
620	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	-23.172,58
710	Recursos Vinculados aos Valores Recebidos Conforme Inciso I do Artigo 5º da LC Federal Nº 173/2020	-112.400,00
	<b>TOTAL SALDOS DEFICITÁRIOS:</b>	<b>-882.956,61</b>
1	Recursos Ordinários	861.996,10
	<b>Total déficit financeiro:</b>	<b>-20.960,51</b>

É imperioso salientar que nos termos do parágrafo único, do art. 8º, da Lei Complementar 101/00, os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Devidamente citado, os gestores responsáveis apresentaram suas justificativas através da peça Defesa de Justificativa 1449/2022. E em apertada síntese afirmaram que o balanço patrimonial da Prestação de Contas Anual de 2020 da Prefeitura Municipal de Muniz Freire apresentou valores de superávit financeiro consistentes com os demais demonstrativos. No entanto, o município gerou déficit financeiro em diversas fontes de recursos sem cobertura financeira na fonte de recursos ordinários, devido a despesas essenciais e de caráter continuado que não poderiam ser evitadas e à arrecadação de 98,25% da meta prevista.

Ademais, a municipalização das escolas estaduais gerou gastos insustentáveis com FUNDEB. Apesar disso, a Prefeitura adotou medidas para equacionar os gastos e cumprir o equilíbrio fiscal preconizado pela LRF, aumentando o superávit financeiro em 72,76% em relação a 2019. Destaca-se ainda que a análise da suficiência financeira por fonte de recursos constatou um déficit total de R\$ 882.956,61, que pode ser compensado pelo saldo de R\$ 861.996,10 da fonte de recursos próprios, resultando em um déficit final de R\$ 20.960,51. Entretanto, o superávit financeiro ajustado da fonte de recursos próprios foi de R\$ 905.779,46 após a anulação de empenhos não liquidados no exercício de 2021, o que permitiu concluir que o

município possuía suficiência de caixa de recursos próprios para cobertura do déficit nas demais fontes.

Outro ponto que ratifica a suficiência de recursos próprios do município de Muniz Freire ao término do exercício de 2020, está atrelado ao fato de que a fonte de recursos próprios da saúde (211) apresentou uma suficiência financeira de R\$ 390.341,54, haja vista que o município destinou recursos próprios para saúde, em montantes superiores ao mínimo necessário para cumprimento do mínimo constitucional e para quitação de todas as obrigações assumidas pelo Fundo Municipal de Saúde. Pelo exposto, os responsáveis requereram o afastamento do indicativo de irregularidade.

Pois bem. Resta evidente na defesa apresentada que os responsáveis reconhecem a existência de *déficit* financeiro. No entanto, o argumento dos defensores sobre as despesas essenciais e permanentes não é suficiente, pois mostra planejamento financeiro inadequado. Já que o cancelamento das contas a pagar em 2021 não pode ser considerado no cálculo para relatórios fiscais anteriores. Adicionalmente, caso os restos a pagar não processados, no valor de R\$ 43.783,36, fossem cancelados em 2020 apenas reforçaria a evidência de planejamento financeiro inadequado do Ente, pois a fonte de recursos próprios teria seu superávit aumentado por influência da reclassificação do passivo, uma vez que o cancelamento dos restos a pagar aumentariam a disponibilidade de curto prazo.

Ademais, registra-se que o município inscreveu, na fonte de recursos ordinários, restos a pagar processados e não processados mesmo apresentando insuficiência de disponibilidade caixa, conforme item 3.4.7 do RT 256/2022.

Desse modo, os argumentos dos defensores não refutam a indicação de irregularidade, mas apenas a mitigam. **Portanto, resta mantida a irregularidade.**

**V.1.5 Expedição de ato que resultasse em aumento da despesa com pessoal (Declaração incompleta)** (item 3.4.5 do RT 256/2022-3).

**Responsáveis:** Sr. Carlos Brahim Bazzarella, Sr. Evandro Paulúcio e Gesi Antonio da Silva Júnior.



Consta no item 3.4.5 do RT 256/2022-3 que em virtude da declaração emitida estar incompleta e levando-se em conta o art. 13 da Instrução Normativa TCEES 68/2020, considerou-se que o Chefe do Poder Executivo expediu ato que resultasse em aumento da despesa com pessoal, descumprindo os arts. 21, I, da LRF e 8º da LC 173/2020, razão pela foi realizada a oitiva dos Srs. Carlos Brahim Bazzarella, Evandro Paulúcio e Gesi Antônio da Silva Junior, para que apresentassem razões de justificativa, bem como documentos que entendessem necessários.

Através das peças Defesas/Justificativas 1.438/2022-2 e 1.449/2022-1, os gestores responsáveis apresentaram suas alegações de defesa, afirmando que a ausência de declarações específicas no arquivo "PESS" não foi intencional e não tinha o objetivo de omitir informações ou violar a LC 173/2020 ou a Lei de Responsabilidade Fiscal. Se tratou apenas de uma falha na elaboração do arquivo de acordo com o modelo exigido pela IN 068/2020. Para sanar o apontamento, eles apresentaram um novo arquivo "PESS" em total conformidade com o modelo estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo através da IN. 068/2020.

Em análise, o NCCONTAS acolheu a nova documentação apresentada e sugeriu afastar o presente achado, conforme consta na ITC 4378/2022. Nesse passo, acolho as justificativas apresentadas e **considero o presente apontamento regular.**

**V.1.6 Inscrição em Restos a Pagar Processados sem Suficiente Disponibilidade de Caixa** (item 3.4.8 do RT 256/2022-3).

**Responsável:** Sr. Carlos Brahim Bazzarella.

Os valores devidos pelas entidades públicas, que compõem seu passivo financeiro, não requerem autorização orçamentária para pagamento. Essas obrigações podem ser classificadas como "restos a pagar", quando já empenhadas, mas ainda não pagas, ou como consignações e depósitos de terceiros, que não estão vinculados ao orçamento. O art. 36 da Lei 4.320/1964 define os restos a pagar como despesas empenhadas, mas não pagas até o fim do ano, e os divide em processados e não processados. Os restos a pagar processados correspondem a serviços ou materiais já entregues e com pagamento legalmente autorizado. Já os restos a pagar não processados envolvem empenhos legais, mas cujos objetos ainda não foram

entregues ou serviços ainda não foram prestados, aguardando regularização para pagamento.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) traz o seguinte conceito para os restos a pagar processados e não processados:

#### RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

São considerados processados os Restos a Pagar referentes a empenhos liquidados e, portanto, prontos para o pagamento, ou seja, cujo direito do credor já foi verificado. Os Restos a Pagar Processados não devem ser cancelados, tendo em vista que o fornecedor de bens/serviços cumpriu com a obrigação de fazer e a Administração não poderá deixar de cumprir com a obrigação de pagar.

#### RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

São considerados não processados os empenhos de contrato e convênios que se encontram em plena execução, não existindo o direito líquido e certo do credor. Dessa forma, no encerramento do exercício a despesa orçamentária que se encontrar empenhada, mas ainda não paga será inscrita em restos a pagar não processados.

A LRF estabelece que os recursos vinculados a uma finalidade específica devem ser utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação. Nesse passo, o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar tem como propósito dar transparência ao montante disponível para fins da inscrição em Restos a Pagar de despesas não liquidadas, evidenciando a disponibilidade de caixa líquida para cada um dos recursos vinculados.

No presente caso, o Poder Executivo inscreveu no exercício de 2020 o montante de R\$ 253.311,20 de restos a pagar processados (coluna C) na fonte de recursos ordinários "001" e, mesmo já apresentando insuficiência de disponibilidade de caixa, o montante de R\$ 534.795,18 nas seguintes fontes de recursos vinculados: "111" (total de R\$ 33.719,98), "112" (total de R\$ 330.954,88), "113" (total de R\$ 70.449,36) e "620" (total de R\$ 99.670,96).

Cumprir registrar que não havia saldo disponível na fonte de recursos ordinários "001" para cobrir a disponibilidade de caixa líquida negativa das fontes de recursos vinculados indicadas. Portanto, a inscrição de Restos a Pagar pelo Poder Executivo

sem disponibilidade financeira piorou sua situação fiscal e violou o art. 1º, § 1º, da LRF, que exige a liquidez para cumprir as obrigações financeiras.

Diante do achado, o Sr. Carlos Brahim Bazzarella foi citado para apresentar suas justificativas e documentação necessária. Em resposta, afirmou o gestor que o demonstrativo da disponibilidade de caixa e inscrição em restos a pagar (ANEXO 5 DA RGF), apurado de forma automatizada pelo TCEES não reflete a verdadeira disponibilidade líquida de caixa do município, haja vista que não está compatível com os demais demonstrativos contábeis do município. Na oportunidade, encaminhou um novo Anexo 5 através da Peça Complementar 58.300/2022-1 com o objetivo de comprovar as alegações.

Ao analisar as peças de defesa, o NCCONTAS afirmou através da ITC 4378/2022-1:

O relatório gerado de forma automática pelo Cidades e utilizado como parâmetro na análise no item 3.4.8 apresenta os seguintes valores:

**Tabela 35 - Demonstrativo de Insuficiência da Disponibilidade de Caixa para inscrição de Restos a Pagar processados e não processados - Valores em reais**

2020  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE - Executivo  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
dez/20

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "c" e "d")

R\$ 1,00

RPM - RENDIMENTO (LDB, Art. 12, inciso III, inciso 2º e 3º)										
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) <sup>1</sup>	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS INSCRIÇÃO EM RP NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)										
001 - RECURSOS ORDINÁRIOS	605.396,72	49.646,75	253.311,20	22.527,73	330.488,68	0,00	(-50.577,64)	67.902,88	0,00	(-118.480,53)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)										
111 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	0,00	7.822,72	33.718,98	0,00	74.273,34	0,00	(-115.816,04)	0,00	0,00	(-115.816,04)
113 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (40%)	88.666,21	53.337,17	70.448,98	0,00	68.153,08	0,00	(-102.273,41)	0,00	0,00	(-102.273,41)
112 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (60%)	6.703,43	0,00	330.954,68	0,00	205.043,13	0,00	(-528.294,58)	0,00	0,00	(-528.294,58)
620 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP	76.498,38	0,00	99.670,98	0,00	0,00	0,00	(-23.172,58)	0,00	0,00	(-23.172,58)

Já os valores apresentados no Anexo 5 encaminhado foram os seguintes:

Município de Muniz Freire - ES - CONSOLIDADO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
EXERCÍCIO DE 2020 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a) - (b) + (c) + d - e - f	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) (i)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (j) = (g - i)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (j)	2.628.207,57	114.114,91	598.198,14	22.527,73	693.912,54	0,00	1.199.654,15	142.961,41	0,00	1.056.692,74
RECURSOS ORDINÁRIOS	2.628.207,57	114.114,91	598.198,14	22.527,73	693.912,54	0,00	1.199.654,15	142.961,41	0,00	1.056.692,74
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (i)	14.017.625,46	79.689,97	644.617,71	365.394,04	284.223,63	0,00	11.722.609,29	1.773.287,18	0,00	10.950.322,02
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - 40%	6.763,43	0,00	330.954,03	0,00	205.043,13	0,00	(529.294,58)	0,00	0,00	(529.294,58)
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - 40%	88.666,21	52.337,17	70.446,56	0,00	68.151,09	0,00	(102.273,41)	0,00	0,00	(102.273,41)
TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL (BLOCO DE CUSTEIO DA	3.311.704,16	0,00	47.598,00	70,00	10.424,20	0,00	3.253.611,87	60.270,33	0,00	3.193.341,54
TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL (BLOCO DE INVESTIMENTOS)	1.909.189,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.909.189,70	0,00	0,00	1.909.189,70
TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE ROYALTIES DO PETRÓLEO	189.835,14	0,00	10.249,27	0,00	0,00	0,00	189.585,87	40.452,67	0,00	149.133,20
TRANSFERÊNCIA DOS ESTADOS REFERENTE ROYALTIES DO PETRÓLEO	930.371,35	18.146,00	3.800,00	127.828,11	0,00	0,00	778.296,24	264.461,49	0,00	595.994,75
TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	319.242,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	319.242,45	25.000,00	0,00	294.242,45
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDE REFERENTES AO PROGRAMA DO DEBEM DIREITO NA ESCOLA (PROE)	3.120,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.120,04	0,00	0,00	3.120,04
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)	243.195,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	243.195,76	85.063,76	0,00	158.132,00
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (P)	213.953,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	213.953,55	0,00	0,00	213.953,55
RECURSOS VINCULADOS AOS VALORES RECEBIDOS CONFORME INCISO I DO ART. 5º DA LEI COMPLEMENTAR 179/2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.400,00	0,00	(112.400,00)
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDE	2.380,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.380,52	0,00	0,00	2.380,52
OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	1.863.641,00	200,00	863.318,79	0,00	0,00	0,00	1.863.114,21	0,00	0,00	1.863.114,21
TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL	100.003,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.003,71	0,00	0,00	100.003,71
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	712.188,92	0,00	1.250,44	0,00	463,12	0,00	710.335,34	4.034,96	0,00	706.300,38
OUTROS RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE AAS	756.252,92	0,00	326,00	0,00	0,00	0,00	755.999,92	14.671,52	0,00	741.328,40
OUTROS RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL - DEMAIS RECURSOS	8.221,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.221,19	0,00	0,00	8.221,19
CONTRIBUIÇÃO DE QUADRA ESCOLAR VIEIRA MACHADO - TC.N.º 2009/5/2014	1.464.607,90	0,00	0,00	177.465,61	0,00	0,00	1.286.572,07	0,00	0,00	1.286.572,07
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONTÉÚDOS DOS ESTADOS	6.729,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.729,46	0,00	0,00	6.729,46
CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE	11.733,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.733,74	1.930,00	0,00	9.803,74
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP	76.498,58	0,00	99.679,95	0,00	0,00	0,00	(23.172,38)	0,00	0,00	(23.172,38)
RECURSOS DE ALIMENTAÇÃO DE BENS ATIVOS	3.263,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.263,01	0,00	0,00	3.263,01
RECURSO DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	1.784.579,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.784.579,72	1.163.632,45	0,00	620.947,27
TOTAL (j) = (i - k)	16.655.813,03	194.804,88	1.261.835,96	327.912,67	978.136,17	0,00	13.922.113,35	1.956.298,59	0,00	12.065.814,76

Logo, os valores do Anexo 5, encaminhado na defesa, apresentam valores maiores em disponibilidade de Caixa em relação os valores gerados de forma automática que coincide, inclusive, com os valores apurados no item 3.3.1 (Resultado Financeiro) na Tabela 24 que evidencia as disponibilidades de recurso por UG. Segue:

Tabela 24- Disponibilidades	Valores em reais
Unidades gestoras	Saldo
050E0500001 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Muniz FreireCriança e do Adolescente de Muniz FreireFreireCriança e do Adolescente de Muniz FreireFreireCriança e do Adolescente de Muniz Freire	27.451,48
050E0500002 - Fundo Municipal de Saúde de Muniz FreireCriança e do Adolescente de Muniz FreireFreireFreireCriança e do Adolescente de Muniz FreireFreireFreireCriança e do Adolescente de Muniz Freire	6.477.634,00
050E0500003 - Fundo Municipal de Assistência Social de Muniz FreireCriança e do Adolescente de Muniz FreireFreireFreireCriança e do Adolescente de Muniz FreireFreireFreireCriança e do Adolescente de Muniz Freire	1.481.167,02

050E0700001 - Prefeitura Municipal de Muniz FreireCriança e do Adolescente de Muniz FreireFreireFreireCriança e do Adolescente de Muniz FreireFreireCriança e do Adolescente de Muniz Freire	7.644.270,03
050L0200001 - Câmara Municipal de Muniz FreireCriança e do Adolescente de Muniz FreireFreireFreireCriança e do Adolescente de Muniz FreireFreireCriança e do Adolescente de Muniz Freire	1.025.300,50
<b>Total (TVDISP por UG)</b>	<b>16.655.823,03</b>

Fonte: Processo TC 02423/2021-5 - PCA/2020 - TVDISP

**Nota:** O símbolo (\*) refere-se às unidades gestoras cujo termo de verificação das disponibilidades é encaminhado ao TCEES de forma não estruturada (arquivo .PDF), inviabilizando a automatização.

Assim, a análise deve partir dos valores consignados no Anexo 5, encaminhado pelo responsável, por se apresentar fidedigno com outros pontos analisados no RTC 256/2022-1, pelos motivos já expostos.

Partindo deste ponto, os valores evidenciados com saldos negativos (disponibilidade de caixa após inscrição em restos a pagar – coluna “i”) no grupo de recursos vinculados são suportados pelo saldo de disponibilidade de recursos não vinculados, conforme ilustrado a seguir:

Disponibilidade de Caixa Líquido – Recursos não vinculados	R\$ 1.056.492,74
Saldo negativo – Fonte 112 Transferência FUNDEB	-R\$ 529.294,58
Saldo negativo – Fonte 113 Transferência FUNDEB	-R\$ 102.273,41
Saldo negativo – Fonte 620 Contribuição Iluminação Pública	-R\$ 23.172,58
Saldo negativo – Fonte recursos vinculados LC 173/2020	-R\$ 112.400,00
Saldo Final – Disponibilidade de Caixa – Recursos não vinculados após deduções das fontes de recursos vinculados negativas	R\$ 289.352,17

Portanto, analisando os valores expostos, pode-se concluir que não houve inscrição de Restos a Pagar Processados com insuficiência de recursos.

Diante da análise técnica, acolho as justificativas e **considero o presente apontamento regular.**

**V.1.7 Inscrição em Restos a Pagar Não Processados sem Suficiente Disponibilidade de Caixa** (item 3.4.8 do RT 256/2022-3).

**Responsável:** Sr. Carlos Brahim Bazzarella.

De forma similar ao item V.1.6 deste voto, trata-se o presente apontamento de inscrição de restos a pagar sem suficiente disponibilidade de caixa, contudo, esse caso refere-se a restos a pagar não processados.

Apontou o sistema CidadES que mesmo já apresentando insuficiência de disponibilidade de caixa nas fontes indicadas no item anterior, o Poder Executivo ainda inscreveu no exercício de 2020 o montante de R\$ 67.902,89 de restos a pagar não processados na fonte de recursos ordinários "001".

Devidamente citado, a defesa se deu nos mesmos termos do item V.1.6 de voto, portanto, foi apresentado um novo demonstrativo da disponibilidade de caixa e inscrição em restos a pagar (ANEXO 5 DA RGF), já que o apurado de forma automatizada pelo TCEES não refletiu a verdadeira disponibilidade líquida de caixa do município, haja vista que não está compatível com os demais demonstrativos contábeis do município.

Ao analisar as peças de defesa, o NCCONTAS através da ITC 4378/2022-1 apresentou a mesma análise já exposta no item deste voto que tratou sobre a inscrição de restos a pagar processados, uma vez que a análise foi feita de forma conjunta.

Portanto, anuindo o entendimento técnico, acolho as justificativas e **considero o presente apontamento regular.**

**V.1.8 Expedição de ato, nos últimos 180 dias de mandato, que resultasse em aumento da despesa com pessoal (Declaração incompleta)** (item 3.4.10.1 do RT 256/2022-3).

**Responsáveis:** Carlos Brahim Bazzarella, Evandro Paulúcio e Gesi Antonio da Silva Júnior.

Consta no item 3.4.10.1 do RT 256/2022-3 que o chefe do Poder Executivo não apresentou declaração negando atos que resultem em aumento da despesa com

peçoal nos últimos 180 dias de seu mandato, conforme exigido pela Instrução Normativa TCEES 68/2020. Além disso, a declaração emitida estava incompleta e foi constatado que houve ato que resultou em aumento da despesa com pessoal nos últimos 180 dias de mandato. Por isso, foi realizada a oitiva dos srs. Carlos Brahim Bazzarella, Evandro Paulúcio e Gesi Antonio da Silva Júnior para que apresentassem justificativas e os documentos que julgassem necessários.

Em apertada síntese afirmaram os gestores que a ausência de declarações específicas no arquivo "PESS" não foi intencional nem com a intenção de omitir informações ou violar as disposições da IN 068/2020 ou da Lei de Responsabilidade Fiscal. E sim, uma falha na preparação do arquivo de acordo com o modelo na IN 068/2020. Portanto, com o objetivo de sanear o presente apontamento, foi encaminhado no arquivo PESS que confirma que Muniz Freire não emitiu ato que resultou em aumento das despesas com pessoal d nos últimos 180 dias de mandato.

Após análise, o NCCONTAS afirmou através da ITC 4378/2022-1 que a nova declaração cumpre o disposto no art. 21, II a IV, da LRF, portanto, sugeriu o afastamento do indicativo de irregularidade. Desse modo, anuindo o entendimento técnico, bem como, acolhendo as justificativas apresentadas, **considero o presente apontamento regular.**

#### **V.1.9 Contrair obrigações de despesas nos dois últimos quadrimestres do mandato sem suficiente disponibilidade de caixa (3.4.10.3 do RT 256/2022-3).**

**Responsável:** Carlos Brahim Bazzarella.

Destaca-se que os itens V.1.6 e V.1.7 já trataram das inscrições de restos a pagar processados e não processados sem Suficiente Disponibilidade de Caixa, nos dois itens, anuindo o entendimento técnico, os apontamentos foram considerados regulares.

Apontou o item 3.4.10.3 do RT 256/2022-3 infringência ao art. 42 da LRF que veda ao titular do Poder Executivo contrair obrigação de despesas nos dois últimos quadrimestres do seu mandato sem que haja disponibilidade financeira suficiente para o seu pagamento. *In verbis*:

**Art. 42.** É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

**Parágrafo único.** Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Ademais, o art. 65, § 1º, II, da LRF prevê a dispensa do limite do art. 42 e, conseqüentemente, as vedações e sanções, quando os recursos forem destinados ao combate à calamidade pública:

Art. 65...

[...]

II - serão dispensados os limites e afastadas as vedações e sanções previstas e decorrentes dos arts. 35, 37 e 42, bem como será dispensado o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 8º desta Lei Complementar, desde que os recursos arrecadados sejam destinados ao combate à calamidade pública

Em 2020, devido à pandemia de Covid-19, o Presidente do Brasil solicitou o reconhecimento de um estado de emergência ao Congresso Nacional, que isentaria o governo de metas fiscais e limitações de gastos. O Congresso Nacional reconheceu o estado de emergência em 20 de março de 2020, com efeitos até 31 de dezembro de 2020, para todo o país, incluindo o estado do Espírito Santo e todos os seus municípios. Como resultado, obrigações de despesas incorridas nos dois últimos quadrimestres do ano fiscal anterior foram desconsideradas com o objetivo de combater a pandemia. No entanto, com base em dados do sistema CidadES, o chefe do Executivo em questão incorreu em despesas com fundos insuficientes disponíveis, portanto, foi efetuada a oitiva do responsável, conforme sugeriu o corpo técnico deste Tribunal de Contas no RT 256/2022-3.

Através da peça Defesa/Justificativa 1.449/2022-1, o gestor apresentou defesa de forma análoga ao disposto nos itens V.1.6 e V.1.7 deste voto, portanto, mais uma vez alegam que o demonstrativo da disponibilidade de caixa e inscrição em restos a pagar (ANEXO 5 DA RGF), apurado de forma automatizada pelo TCEES não reflete a verdadeira disponibilidade líquida de caixa do município, haja vista que não está compatível com os demais demonstrativos contábeis do município.



Pois bem. Afirmou o NCCONTAS através da ITC 4378/2022-1 que a análise deve partir dos valores consignados no novo Anexo 5, encaminhado pelo responsável, por se apresentar fidedigno com outros pontos analisados no RTC 256/2022-1. Desse modo, é possível constatar que a quantidade inicial de recursos disponíveis gerada pelo sistema Cidades apresenta um valor de R\$ 605.396,72, quando na verdade deveria ser de R\$ 2.628.207,57. Isso resulta em uma diferença de R\$ 2.022.810,85 que não foi considerada na disponibilidade de recursos para cobrir Restos a Pagar inscritos nos últimos dois quadrimestres de 2020.

Considerando que a falta de recursos para cobrir as inscrições em Restos a Pagar foi de R\$ 372.294,20, pode-se concluir que não houve violação ao artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso ocorre porque, se o relatório gerado automaticamente tivesse adotado o saldo correto das disponibilidades, o valor da violação seria zero.

Pelo exposto, acolho as justificativas apresentadas e **considero o presente apontamento regular.**

**V.1.10 Publicações extemporâneas dos RREOs do 1º bimestre, do 2º bimestre, do 3º bimestre, do 4º bimestre e do 5º bimestre de 2020** (3.4.11 do RT 256/2022-3).

**Responsável:** Carlos Brahim Bazzarella.

O artigo 52 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece a frequência e o prazo para a publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária. O relatório deve abranger todos os poderes e o Ministério Público e ser divulgado até 30 dias após o fim de cada bimestre. Entretanto, de acordo com o Sistema CidadES, foi constatado que os RREOs foram divulgados fora dos prazos legais, conforme tabela apresentada a seguir:

**Tabela 41 - Publicação do RREO**

Referência	Meio de Divulgação	Data Limite para Publicação	Data da Publicação	Republicação
1º Bimestre	Portal de Transparência	30/03/2020	14/08/2020	N
2º Bimestre	Portal de Transparência	30/05/2020	14/08/2020	N
3º Bimestre	Diário Oficial	30/07/2020	01/10/2020	N
4º Bimestre	Portal de Transparência	30/09/2020	26/10/2020	N
5º Bimestre	Portal de Transparência	30/11/2020	14/12/2020	N
6º Bimestre	Portal de Transparência	30/01/2021	02/03/2021	N

Fonte: Processo TC 02423/2021-5 - PCM/2020

A divulgação tempestiva do RREO, por parte do titular do Poder, possibilita ao cidadão o acompanhamento do balanço orçamentário, dos demonstrativos da realização das receitas e da execução das despesas, da receita corrente líquida, das receitas e despesas previdenciárias, das metas de resultados nominal e primário, das despesas com juros e da inscrição em Restos a Pagar. No último bimestre, permite ainda o acompanhamento do cumprimento da Regra de Ouro.

Diante do achado, foi realizada a oitiva do Sr. Carlos Brahim Bazzarella para explicar as razões pelas quais os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREOs) do primeiro ao quinto bimestre de 2020 foram divulgados fora dos prazos estabelecidos pela Constituição e pela Lei Complementar 101/2000. Destaca-se que a responsabilidade pela divulgação extemporânea do RGF do sexto bimestre de 2020 é do gestor do exercício de 2021.

Através da peça Defesa/Justificativa 1.449/2022-1, o gestor reconheceu que houve a publicação tardia dos RREO, contudo, declara que o referido relatório foi divulgado no prazo correto no átrio (ou mural) das dependências da Prefeitura Municipal. Ademais, pondera a defesa que esta Corte de Contas já se posicionou sobre o tema por meio do Parecer Consulta nº 23/2017:

CONSULTA – PUBLICIDADE DE RREO E RGF – ACOMPANHAR ENTENDIMENTO CONSTANTE NA ITC-63/2017 – PARA FINS DE CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA DE PUBLICIDADE PREVISTA NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL EM RELAÇÃO AO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E AO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL, ENTENDE-SE QUE OS ENTES FEDERATIVOS SOB JURISDIÇÃO DESTA CORTE DEVEM CUMPRIR O ESTABELECIDO PELO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTABILIDADE PÚBLICA DA UNIÃO, NÃO SENDO EXIGÍVEL A PUBLICAÇÃO EM JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO OU EM DIÁRIO OFICIAL IMPRESSO. AINDA, EM ATENÇÃO AO ESTABELECIDO NA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO, RECOMENDA-SE A AMPLA DIVULGAÇÃO DOS DADOS RELATIVOS À GESTÃO FISCAL, POR TODOS OS MEIOS DISPONÍVEIS AO ENTE, INCLUINDO PORTAIS DA

TRANSPARÊNCIA, SÍTIOS ELETRÔNICOS OFICIAIS E AFIXAÇÃO EM AMBIENTES PÚBLICOS E DE FÁCIL ACESSO, SENDO ESTA ÚLTIMA MEDIDA BASTANTE SALUTAR EM RELAÇÃO A MUNICÍPIOS EM QUE O ACESSO À INTERNET SEJA PRECÁRIO – ARQUIVAR.

Portanto, requer o afastamento dos fatos e motivos que ensejaram a citação do item em questão, reconhecendo que o município de Muniz Freire sempre buscou dar ampla divulgação aos seus demonstrativos fiscais e cumpriu com os prazos legais de publicação dos demonstrativos Fiscais.

Pois bem. A publicação extemporânea configura infringência ao art. 165, § 3º, da Constituição Federal de 1988 e ao art. 52, caput, da Lei Complementar 101/2000. Embora o gestor tenha declarado que a publicação dos RREOs do 1º bimestre, do 2º bimestre, do 3º bimestre, do 4º bimestre e do 5º bimestre de 2020 tenham sido divulgados no prazo correto através de mural nas dependências da Prefeitura Municipal, não consta nos autos documentação que comprove essa divulgação em atendimento ao disposto no Parecer em Consulta 23/2017.

Desse modo, considerando que as justificativas apresentadas não foram suficientes para sanear apontamento, **mantenho a presente irregularidade**, uma vez que restou caracterizada a infringência ao art. 165, § 3º, da Constituição Federal de 1988 e ao art. 52, *caput*, da Lei Complementar 101/2000.

**V.1.11 Publicação extemporânea do RGF do 2º quadrimestre de 2020** (item 3.4.12 do RT 256/2022-3).

**Responsável:** Carlos Brahim Bazzarella.

Trata-se o presente infringência aos artigos art. 54, caput, e o art. 55, § 2º, ambos da LRF que são responsáveis por definir a periodicidade e o prazo para publicação do Relatório de Gestão Fiscal, *in verbis*:

**Art. 54. Ao final de cada quadrimestre** será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:

[...]

**Art. 55...**

[...]

§ 2º O relatório **será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder**, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico. (g.n.)

Porém, consoante previsão do art. 63, II, “b”, da LRF, é facultado aos Municípios com população inferior a 50.000 habitantes divulgar semestralmente o RGF, também em até trinta dias após o encerramento do semestre.

De acordo com o sistema CidadES, o município de Muniz Freire divulgou fora do prazo legal o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 2º quadrimestre, conforme tabela a seguir.

**Tabela 42** - Publicação do RGF

Referência	Meio de Divulgação	Data Limite para Publicação	Data da Publicação	Republicação
1º Quadrimestre	Portal de Transparência	30/05/2020	26/10/2020	N
2º Quadrimestre	Portal de Transparência	30/09/2020	26/10/2020	N
3º Quadrimestre	Portal de Transparência	30/01/2021	02/03/2021	N

Fonte: Processo TC 02423/2021-5 - PCM/2020

Destaca-se que este Tribunal de Contas por meio do Acórdão 1.020/2021-3 - 1ª Câmara, foram acolhidas as razões de justificativas para a publicação extemporânea do RGF do 1º quadrimestre de 2020 e, conseqüentemente, afastada a irregularidade (Processo TC 330/2021-9).

Tendo em vista o achado, o responsável foi citado para apresentar suas justificativas. Em resposta encaminhada através da peça Defesa/Justificativa 1.449/2022-1, alegou que de fato houve a publicação tardia dos RGF, contudo, pondera que o referido relatório foi divulgado no prazo correto no átrio (ou mural) das dependências da Prefeitura Municipal.

Em análise as peças de defesa, bem como a justificativa apresentada, constatam-se que o gestor não logrou êxito em sua defesa, uma vez que não consta nos autos documentação que comprove essa divulgação em atendimento ao disposto no Parecer em Consulta 23/2017. Portanto, **a presente irregularidade permanece mantida.**

Apesar da LRF ter definido as características do RGF, ela não fixou a obrigatoriedade e o prazo para o seu envio aos Tribunais de Contas ou mesmo as penalidades a serem aplicadas ao gestor no caso de seu descumprimento. Esse papel coube a Lei 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), ao estabelecer os

parâmetros gerais para os pontos acima mencionados, conforme se depreende da leitura de trechos do seu art. 5º reproduzidos a seguir:

**Art. 5º** Constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas:

**I – deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei;**

[...]

**§ 1º** A infração prevista neste artigo é punida com multa de trinta por cento dos vencimentos anuais do agente que lhe der causa, sendo o pagamento da multa de sua responsabilidade pessoal.

**§ 2º** A infração a que se refere este artigo será processada e julgada pelo Tribunal de Contas a que competir a fiscalização contábil, financeira e orçamentária da pessoa jurídica de direito público envolvida.

Calha mencionar que no texto da referida lei não constou um prazo específico para a remessa do RGF aos Tribunais de Contas ficando a cargo desses órgãos determiná-lo por intermédio de instrumentos normativos/legais, tendo por base as prerrogativas constitucionais conferidas aos órgãos de controle externo.

A Lei de Crimes Fiscais (art. 5º, §2º) definiu, ainda, a competência dos Tribunais de Contas para, nas suas respectivas órbitas de atuação, processarem e julgarem as infrações tratadas no art. 5º daquele diploma legal.

Portanto, determino a **formação de autos apartados**, após trânsito em julgado do presente processo, nos termos dos art. 134, inciso III, e § 2º e 281 do RITCEES, com a finalidade de se responsabilizar pessoalmente o Prefeito Municipal pelo descumprimento do disposto no art. 5º, inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei n. 10.028/00, face ao item 3.4.12 do RT 232/2022-8 “Publicação extemporânea do RGF do 1º quadrimestre de 2020”.

**V.1.12 Não comprovação do cumprimento das determinações contidas no Acórdão 1.666/2020, Processo TC 3.627/2015** (refere-se à subseção 7.2 do RT 256/2022-3, que trata do item 4 do RT 150/2022-3 (proc. TC 2.505/2021-1, apenso).

**Responsáveis:** Sr. Carlos Brahim Bazzarella e Sr. Evandro Paulúcio.

Em consulta ao sistema de monitoramento deste TCEES foram constatadas ações pertinentes ao exercício em análise, conforme tabela a seguir:

**Tabela 22** Ações de Monitoramento

Deliberação	Processo		Providência
	Código	Classificação	Descrição
01666/2020-3	03627/2015-6	Convertido de Contas	1.3 Determinar, com fulcro no art. 207, inc. IV do RITCEES ao atual gestor para que, sem prejuízo do monitoramento desta Corte de Contas, na próxima prestação de contas anual: a) Promova o devido recolhimento das contribuições previdenciárias dos servidores, relativas ao exercício de 2014; b) Adote norma de procedimento objetivando o recolhimento das contribuições previdenciárias retidas;

Fonte: Sistema E-TCEES

Consta do Acórdão 1666/2020, proc. TC 3627/2015, que em 2014 ficaram contribuições previdenciárias retidas de servidores sem a devida comprovação de recolhimento à autarquia federal, conforme quadro a seguir:

Tabela 04: Contribuições previdenciárias – unidade gestora		Em R\$ 1,00
Regime Geral de Previdência Social		Valores
(A) Contribuições devidas – Resumo Anual da Folha de Pagamento		3.305.527,56
(B) Contribuições liquidadas – Balancete de Execução Orçamentária		1.860.193,56
(C) Contribuições pagas – Balancete de Execução Orçamentária*		1.568.753,87
(D) Diferença (A – C) – Valor		1.736.773,69
(E) Diferença (D / A) – Percentual		52,54

Decidiu o TCEES que o gestor deveria promover o devido recolhimento das contribuições previdenciárias dos servidores, relativas ao exercício de 2014, e comprovar a medida junto à prestação de contas anual. Foi determinado também ao gestor a adoção de norma de procedimento objetivando o recolhimento das contribuições previdenciárias retidas.

Como não foi identificada, nestes autos, a comprovação das duas determinações acima descritas, o gestor foi citado para que pudesse comprovar a integralidade do recolhimento ao INSS dos valores de contribuições previdenciárias retidas de servidores, bem como da adoção de norma de procedimento objetivando o recolhimento das contribuições previdenciárias retidas.

Em atendimento ao termo de citação, os gestores responsáveis apresentaram justificativa por meio da peça Defesa de Justificativa 1449/2022 onde inicialmente argumentaram sobre falta de reconhecimento contábil do ajuste para perdas da

dívida ativa, contudo, esse assunto não está relacionado ao apontamento inicial e, portanto, não será considerado na análise.

Com relação à primeira determinação, promover o recolhimento das contribuições previdenciárias dos servidores do exercício de 2014, o gestor não apresenta comprovantes dos recolhimentos, no entanto argumenta que os valores devidos de 2014 foram recolhidos tendo em vista que não existe restos a pagar do exercício de 2014 em aberto. Utiliza ainda de dedução lógica para afirmar que o recolhimento foi realizado, pois o município encontra-se apto a receber transferências voluntárias e tem condições de emitir certidão negativa de débitos junta a Receita Federal, o que não ocorreria se estivesse em débito previdenciário.

Em análise o NCCONTAS afirmou através da ITC 4378/2022-1 no sentido de que embora não haja comprovantes das guias de recolhimento, os argumentos e documentos apresentados pelo gestor são suficientes para comprovar que as contribuições previdenciárias dos servidores do exercício de 2014 foram pagas. Além disso, as prestações de contas dos exercícios de 2015 a 2020 mostram que os parcelamentos de débitos previdenciários da parte patronal estão sendo pagos corretamente, o que sugere que a determinação foi cumprida. Quanto à segunda determinação, embora o gestor não tenha enviado uma norma específica, as contribuições previdenciárias dos servidores foram totalmente pagas, conforme mostrado na PCA do exercício em análise e do exercício de 2019.

Portanto, acolho as justificativas apresentadas e **considero o presente apontamento regular.**

## **VI – DO JULGAMENTO**

### **VI.1 - DA ANÁLISE DE CONDOTA DOS RESPONSÁVEIS (conforme preceitua o art. 28 da LINDB)**

Pois bem, destaco que, diante do art. 28, da LINDB, passou-se a avaliar as condutas a partir da existência de dolo ou de erro grosseiro, e não mais de culpa, independentemente de sua gradação (levíssima, leve ou grave).

É imperioso esclarecer que o reconhecimento de uma “irregularidade ou antijuricidade” não é fator determinante para que se aplique a sanção. Ressalta-se,

contudo, que isso não torna menos importante a sua identificação, pois é a partir daí que passa a ser possível encontrar o caminho para a solução do ato até então identificado como irregular.

Sob esse mesmo viés da observância das circunstâncias fáticas na aplicação do direito, a Lei de Introdução ao Direito Brasileiro –LINDB, preceituada no art. 22, que ao operador do direito competirá na aplicação das normas, considerar as dificuldades reais do gestor, sem prejuízo do direito dos administrados.

Espera-se que a conduta a ser empreendida pelo responsável resguarde Constituição da República e os diversos normativos legais que regem as finanças públicas, sendo inescusável o erro que o homem médio não cometeria.

Diante do exposto, passo a análise de conduta em face das irregularidades mantidas:

- **Distorção entre a dotação atualizada apurada e a evidenciada entre Balancete da Execução da Despesa Orçamentária - BALEXOD e Demonstrativo dos Créditos Adicionais – DEMCAD** (item 3.2.1.1 do RT 256/2022-3).

**Responsáveis:** Sr. Carlos Brahim Bazzarella e Sr. Evandro Paulúcio.

Trata-se o presente apontamento de distorção entre a dotação atualizada apurada e a evidenciada entre Balancete da Execução da Despesa Orçamentária - BALEXOD e Demonstrativo dos Créditos Adicionais – DEMCAD. No presente caso concreto, a documentação encaminhada não foi suficiente para corroborar com as argumentações do defendente.

Contudo, estamos diante de erro formal praticado pela equipe técnica contábil municipal, passível de correção em prestação de contas anual futura. É imperioso destacar que o reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis deve ser realizado à conta do patrimônio líquido e evidenciado em notas explicativas.

É imperioso destacar que no caso em questão, o Sr. Carlos Brahim Bazzarella esteve no cargo de prefeito municipal por dois períodos distintos:



de 01/01/2020 a 30/08/2020 e de 24/09/2020 a 31/12/2020. Por sua vez, o Sr. Evandro Paulúcio ocupou o cargo somente no período de 31/08/2020 a 23/09/2020.

Portanto, faz-se necessário considerar o Sr. Evandro Paulúcio ocupou o cargo por um período muito curto de tempo. Dessa forma, a análise de sua conduta deve levar em conta as circunstâncias específicas do caso, bem como o grau de responsabilidade que ele teve durante sua breve gestão. Diante disso, entendo que a conduta do Sr. Evandro deve ser atenuada, já que o tempo que esteve no cargo de prefeito municipal não foi suficiente para minimizar a irregularidade.

Dessa forma, considero a conduta do **Sr. Evandro Paulúcio regular**. Já quanto o **Sr. Carlos Brahim Bazzarella** entendo que o presente apontamento se trata de erro formal, passível de correção, portanto, acompanho o entendimento técnico e por critérios relevância, **ressalvo a irregularidade**.

- **Insuficiência de recursos para a abertura de crédito adicional proveniente de excesso de arrecadação e de superávit financeiro (exercício anterior)** (item 3.2.1.2 do RT 256/2022-3).

**Responsáveis:** Sr. Carlos Brahim Bazzarella e Sr. Evandro Paulúcio.

Embora os gestores tenham alegado que houve abertura de crédito adicional aberto pelo Decreto nº. 8.531/2020 para a fonte de recurso 215 e que a fonte de recursos foi o superávit financeiro do exercício anterior, e não o excesso de arrecadação registrado na contabilidade. Bem como, afirmou que em relação ao crédito adicional aberto pelo Decreto nº. 8.253/2020 para a fonte de recurso 990, a fonte de recursos seria o excesso de arrecadação, e não o superávit financeiro do exercício anterior registrado na contabilidade.

Contudo, não foi possível comprovar essas alegações já que não foram encaminhados os referidos decretos e não foi possível encontrar no sítio eletrônico municipal. Logo, a conduta empreendida se demonstra insuficiente para sanar a irregularidade.

É imperioso destacar que no caso em questão, o Sr. Carlos Brahim Bazzarella esteve no cargo de prefeito municipal por dois períodos distintos: de 01/01/2020 a 30/08/2020 e de 24/09/2020 a 31/12/2020. Por sua vez, o Sr. Evandro Paulúcio ocupou o cargo somente no período de 31/08/2020 a 23/09/2020.

Portanto, faz-se necessário considerar o Sr. Evandro Paulúcio ocupou o cargo por um período muito curto de tempo. Dessa forma, a análise de sua conduta deve levar em conta as circunstâncias específicas do caso, bem como o grau de responsabilidade que ele teve durante sua breve gestão. Diante disso, entendo que a conduta do Sr. Evandro deve ser atenuada, já que o tempo que esteve no cargo de prefeito municipal não foi suficiente para minimizar a irregularidade.

Dessa forma, considero a conduta do **Sr. Evandro Paulúcio regular**. Já quanto a conduta Sr. Carlos Brahim Bazzarella entendo que o presente apontamento se trata indica grave infração à norma legal, especificamente aos art. 43, § 1º, inciso I e § 2º da Lei Federal 4.320/64 e artigo 8º, parágrafo único da Lei Complementar 101/2000, portanto, **reprovo** sua conduta.

- **Apuração de déficit financeiro em diversas fontes de recursos evidenciando desequilíbrio das contas públicas** (item 3.3.1.1 do RT 256/2022-3).

**Responsáveis:** Sr. Carlos Brahim Bazzarella e Sr. Evandro Paulúcio.

Destaca-se que o a própria defesa apresentada reconhece a existência de *déficit* financeiro. Portanto, conclui-se que a conduta empreendida não buscou realizar um planejamento financeiro adequado. O cancelamento das contas a pagar em 2021 não pode ser considerado no cálculo para relatórios fiscais anteriores. Adicionalmente, caso os restos a pagar não processados, no valor de R\$ 43.783,36, fossem cancelados em 2020 apenas reforçaria a evidência de planejamento financeiro inadequado do Ente, pois a fonte de recursos próprios teria seu superávit aumentado por influência da reclassificação do passivo, uma vez que o cancelamento dos restos a pagar aumentariam a disponibilidade de curto prazo.

Ademais, registra-se que o município inscreveu, na fonte de recursos ordinários, restos a pagar processados e não processados mesmo apresentando insuficiência de disponibilidade caixa, conforme item 3.4.7 do RT 256/2022.

É imperioso destacar que no caso em questão, o Sr. Carlos Brahim Bazzarella esteve no cargo de prefeito municipal por dois períodos distintos: de 01/01/2020 a 30/08/2020 e de 24/09/2020 a 31/12/2020. Por sua vez, o Sr. Evandro Paulúcio ocupou o cargo somente no período de 31/08/2020 a 23/09/2020.

No presente caso, faz-se necessário considerar o Sr. Evandro Paulúcio ocupou o cargo por um período muito curto de tempo. Dessa forma, a análise de sua conduta deve levar em conta as circunstâncias específicas do caso, bem como o grau de responsabilidade que ele teve durante sua breve gestão. Diante disso, entendo que a conduta do Sr. Evandro deve ser atenuada, já que o tempo que esteve no cargo de prefeito municipal não foi suficiente para minimizar a irregularidade.

Dessa forma, considero a conduta do **Sr. Evandro Paulúcio regular**. Já quanto a conduta Sr. Carlos Brahim Bazzarella entendo que o presente apontamento se trata indica grave infração à norma legal, especificamente aos art. 1º e 8º, parágrafo único da Lei Complementar 101/2000, portanto, **reprovo** sua conduta.

- **Publicações extemporâneas dos RREOs do 1º bimestre, do 2º bimestre, do 3º bimestre, do 4º bimestre e do 5º bimestre de 2020** (3.4.11 do RT 256/2022-3) e **Publicação extemporânea do RGF do 2º quadrimestre de 2020** (item 3.4.12 do RT 256/2022-3).

**Responsável:** Sr. Carlos Brahim Bazzarella

Refere-se os dois apontamentos de publicações extemporâneas dos RREOs do 1º, 2º, 3º e 4º bimestres de 2020 e da publicação extemporânea do RGF do 2º quadrimestre de 2020, as irregularidades foram mantidas já que restou

evidente a infringência respectivamente do art. 165, § 3º, da Constituição Federal de 1988 e art. 52, caput, da Lei Complementar 101/2000 e art. 150, § 3º Constituição Estadual e art. 55, §2º da LRF.

Ao analisar as justificativas apresentadas, observa-se que a defesa se limitou a argumentar de fato houve a publicação tardia dos RGF, contudo, pondera que o referido relatório foi divulgado no prazo correto no átrio (ou mural) das dependências da Prefeitura Municipal. Ademais afirmou que está Corte de Contas já se posicionou quanto ao tema por meio do Parecer Consulta nº 23/2017.

Diante da designação de competência dada pela Carta Constitucional, **resta evidente que não foi empreendida nenhuma conduta no sentido de evitar a infringência dos diversos preceitos legais ao atrasar a publicação dos RREOs e do RGF.**

Resultando ainda em infração administrativa, conforme dispõe o art. 5º da Lei 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), *in verbis*:

**Art. 5º** Constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas:

**I – deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei;**

[...]

**§ 1º** A infração prevista neste artigo é punida com multa de trinta por cento dos vencimentos anuais do agente que lhe der causa, sendo o pagamento da multa de sua responsabilidade pessoal.

**§ 2º** A infração a que se refere este artigo será processada e julgada pelo Tribunal de Contas a que competir a fiscalização contábil, financeira e orçamentária da pessoa jurídica de direito público envolvida.

Considerando que a análise de sua conduta deve levar em conta as circunstâncias específicas do caso, bem como o grau de responsabilidade que ele teve durante sua breve gestão, entendo a conduta do **Sr. Evandro Paulúcio** como regular, já que o tempo que esteve no cargo de prefeito municipal não foi suficiente para minimizar as irregularidades.

Já quanto a conduta Sr. Carlos Brahim Bazzarella (período 01/01/2020 a 30/08/2020 e de 24/09/2020 a 31/12/2020), entendo que não foi a contento, logo voto pela **reprovação da conduta praticada**, e recomendo ao Legislativo Municipal a **REJEIÇÃO** das contas da **Prefeitura Municipal de Muniz Freire**, no exercício de **2020**, na forma do art. 80, III da Lei Complementar 621/2012 c/c art. 132, III do RITCEES.

## **VII - CONCLUSÃO**

Desta feita, VOTO, **acompanhando parcialmente a área técnica e o Ministério Público de Contas**, no sentido de que o Colegiado aprove a seguinte minuta de Parecer Prévio que submeto à sua consideração.

**RODRIGO COELHO DO CARMO**

**Conselheiro Relator**

### **1. PARECER PRÉVIO TC-034/2023:**

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **RESOLVEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas, em:

**1.1. Declarar à revelia do Sr. Evandro Paulúcio**, diante da não identificação de resposta ao Termo de Citação 336/2022-9 (peças 76 e 110);

**1.2. Emitir Parecer Prévio** recomendando ao Legislativo Municipal a **APROVAÇÃO** das contas da **Prefeitura Municipal de Muniz Freire**, no exercício de **2020**, sob a responsabilidade do Sr. **EVANDRO PAULUCIO**, prefeito do município de Muniz Freire no exercício de 2020 pelo período de 31/08/2020 a 23/09/2020, conforme art. 80, I da Lei Complementar 621/2012 c/c art. 132, I do RITCEES e **com fundamentos no item VI deste voto**.

**1.3. Considerar regular** os seguintes indícios de irregularidades, sugerido pela Área Técnica, em face de seus argumentos fáticos e jurídicos:

**1.3.1** Dotação atualizada se apresenta em valores superiores à receita prevista atualizada **(subseção 3.2.8 do RT 256/2022-3)**;

**1.3.2** Expedição de ato que resultasse em aumento da despesa com pessoal (Declaração incompleta) **(subseção 3.4.5 do RT 256/2022-3)**;

**1.3.3** Inscrição em Restos a Pagar Processados sem Suficiente Disponibilidade de Caixa **(subseção 3.4.8 do RT 256/2022-3)**;

**1.3.4** Inscrição em Restos a Pagar Não Processados sem Suficiente Disponibilidade de Caixa **(subseção 3.4.8 do RT 256/2022-3)**;

**1.3.5** Expedição de ato, nos últimos 180 dias de mandato, que resultasse em aumento da despesa com pessoal (Declaração incompleta) **(subseção 3.4.10.1 do RT 256/2022-3)**;

**1.3.6** Contrair obrigações de despesas nos dois últimos quadrimestres do mandato sem suficiente disponibilidade de caixa **(subseção 3.4.10.3 do RT 256/2022-3)**;

**1.3.7** Não comprovação do cumprimento das determinações contidas no Acórdão 1.666/2020, Processo TC 3.627/2015 **(subseção 7.2 do RT 256/2022-3, acerca do item 4 do RT 150/2022-3)**.

**1.4. Considerar passível de ressalva** a seguinte irregularidade, em face de seus argumentos fáticos e jurídicos:

**1.4.1** Distorção entre a dotação atualizada apurada e a evidenciada entre Balancete da Execução da Despesa Orçamentária - BALEXOD e Demonstrativo do Créditos Adicionais – DEMCAD **(subseção 3.2.1.1 do RT 256/2022-3)**;

**1.5.** Manter as seguintes irregularidades, **com o condão de macular as contas de governo** devido a grave infração à norma legal:

**1.5.1** Insuficiência de recursos para a abertura de crédito adicional proveniente de excesso de arrecadação e de superávit financeiro (exercício anterior) [**subseção 3.2.1.2 do RT 256/2022-3**].

**1.5.2** Apuração de déficit financeiro em diversas fontes de recursos evidenciando desequilíbrio das contas públicas (**subseção 3.3.1.1 do RT 256/2022-3**).

**1.5.3** Publicações extemporâneas dos RREOs do 1º bimestre, do 2º bimestre, do 3º bimestre, do 4º bimestre e do 5º bimestre de 2020 (**subseção 3.4.11 do RT 256/2022-3**);

**1.5.4** Publicação extemporânea do RGF do 2º quadrimestre de 2020 (**subseção 3.4.12 do RT 256/2022-3**);

**1.6. Emitir Parecer Prévio** recomendando ao Legislativo Municipal a **REJEIÇÃO** das contas da **Prefeitura Municipal de Muniz Freire**, no exercício de **2020**, sob a responsabilidade do Sr. **CARLOS BRAHIM BAZZARELLA** (período 01/01/2020 a 30/08/2020 e de 24/09/2020 a 31/12/2020), prefeito do município de Muniz Freire, na forma do art. 80, III da Lei Complementar 621/2012 c/c art. 132, III do RITCEES;

**1.7. Formar de autos apartados**, após trânsito em julgado do presente processo, nos termos dos art. 134, inciso III, e § 2º e 281 do RITCEES, com a finalidade de se responsabilizar pessoalmente o **sr. Carlos Brahim Bazzarella** pelo descumprimento do disposto no art. 5º, inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei n. 10.028/00;

**1.8. Dar ciência** ao atual chefe do Poder Executivo de Muniz Freire, com fundamento no art. 9º, *caput*, da Resolução TC 361/2022, das ocorrências registradas no RT 256/2022-3 e reproduzidas na ITC 4378/2022-1, nos seguintes termos:

**1.8.1** da necessidade de atendimento à IN TCEES 68/2020 encaminhando, nas próximas prestações de contas, Ato Normativo estabelecendo a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, referente ao exercício da prestação de contas anual;

**1.8.2** das ocorrências registradas no tópico renúncia de receitas do RT 256/2022-3, como forma de alerta, para a necessidade do município aperfeiçoar as informações quanto a renúncia de receitas na prestação de contas para o próximo exercício atendendo todas as exigências da IN 68/2020; aperfeiçoar o planejamento das peças orçamentárias, visando atender aos princípios da gestão fiscal responsável (transparência, planejamento e manutenção do equilíbrio orçamentário financeiro); além de atentar para as exigências normativas para execução, ampliação sobre a concessão de benefícios fiscais;

**1.8.3** da necessidade de providenciar junto às unidades gestoras integrantes do município, a correta classificação e retificação contábil dos saldos derivados de operações intraorçamentárias, pertinentes a contas de ativo, passivo e patrimônio líquido, na forma do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público;

**1.8.4** da importância do pleno cumprimento do disposto no artigo 45, da LRF, assegurando que o início de novas obras não prejudique a continuidade daquelas já iniciadas, e caso a execução ultrapasse um exercício financeiro, observe que não poderá iniciá-las sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, conforme estabelece o art. 167, § 1º, da CF;

**1.8.5** da importância da transparência na gestão pública;

**1.8.6** da importância da promoção de uma política pública de manutenção e aprimoramento do controle interno.

**1.8.7** como forma de alerta, para a importância de proceder, nos próximos exercícios, o reconhecimento do ajuste para perdas conforme IN TC 36/2016 (item 3.9.3. do RT 150/2022, proc. TC 2.505/2021, apenso).

**1.9. Dar ciência** aos interessados;

**1.10. Arquivar** os autos após os trâmites legais.

**2.** Unânime.

**3.** Data da Sessão: 28/04/2023 – 13ª Sessão Ordinária da 1ª Câmara.

**4.** Especificação do quórum:



**4.1.** Conselheiros: Sebastião Carlos Ranna de Macedo (presidente), Rodrigo Coelho do Carmo (relator) e Sérgio Aboudib Ferreira Pinto.

CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

**Presidente**

CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO

**Relator**

CONSELHEIRO SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

Fui presente:

PROCURADOR DE CONTAS HERON CARLOS GOMES DE OLIVEIRA

**Em substituição ao procurador-geral**

LUCIRLENE SANTOS RIBAS

**Subsecretária das Sessões**